

**Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas relativos à  
Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295,  
torpedos, F16, submarinos, Pandur II)**

57.<sup>a</sup> Reunião  
(11 de setembro de 2014)

---

**SUMÁRIO**

O Presidente (Telmo Correia) deu início à reunião às 14 horas e 6 minutos.

Procedeu-se à apreciação e votação de requerimentos, tendo usado da palavra, além do Presidente, os Deputados José Magalhães (PS), João Semedo (BE), Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP), António Prôa (PSD), Jorge Machado (PCP) e Paulo Rios de Oliveira (PSD).

O Presidente encerrou a reunião eram 17 horas.

Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Srs. Deputados, está aberta a reunião.

*Eram 14 horas e 6 minutos.*

Peço aos Srs. Deputados que aguardemos pelos Srs. Coordenadores da maioria, que, presumo eu, deverão estar a trocar impressões. Como a própria expressão indica, sendo coordenadores estão a coordenar-se.

*Pausa.*

Srs. Deputados, agora, sim, como é normal, natural e desejável para uma reunião que se pretende deliberativa, já temos connosco todos os grupos parlamentares representados, bem como os respetivos coordenadores. Assim sendo, estamos em condições de começar os nossos trabalhos.

Antes de passarmos à apresentação, discussão e votação dos requerimentos, que, neste momento, não estão na minha posse, porque estão a ser fotocopiados para, depois, serem disponibilizados ao Partido Socialista, que os pediu, queria informar os Srs. Deputados de alguns aspetos que têm a ver com as nossas deliberações, com os trabalhos da Comissão e, inclusivamente, com matéria que temos para votar ou para decidir hoje.

Srs. Deputados, começo por dar conta da chegada da resposta do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao ofício por mim dirigido, relativo a diligências que solicitámos ao Sr. Embaixador de Portugal na Alemanha para obtenção de documentação — enfim, conhecem o ofício — junto das

autoridades judiciais alemãs. Tal resposta informa-nos, em nome do Sr. Embaixador — deverá ser um responsável da Embaixada em Berlim —, que as diligências que pedimos foram formalmente solicitadas às autoridades alemãs, designadamente ao Ministério Federal das Relações Externas, para obter esta mesma documentação junto das autoridades alemãs competentes e junto do tribunal de Munique.

Neste sentido, a informação que temos, até ao momento, é que foi dada sequência ao que pedimos. Portanto, é esta a informação que temos e que consta de uma carta que veio via Embaixada – Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Comissão Parlamentar de Inquérito, dizendo que o que foi pedido está a ser diligenciado e solicitado junto das autoridades alemãs.

Na sequência disto, e, de resto, como já vos tinha dito e tinha ficado pensado, enviei uma nova carta dirigida a estas mesmas entidades a pedir para fazerem o ponto da situação e que dessem alguma informação, logo que possível, sobre o resultado destas mesmas diligências, uma vez que se aproxima o prazo previsto para o fim dos nossos trabalhos. É mais ou menos isto que diz a carta que enviei.

Ou seja, a informação que temos, até ao momento, sobre as diligências junto do tribunal de Munique é a de que o Embaixador está a fazer essas mesmas diligências e solicitou às autoridades alemãs essa documentação.

Srs. Deputados, chamo a vossa atenção para outra matéria. Trata-se de um ofício que recebemos do Ministério da Defesa, e que vem com a classificação «reservado», embora me pareça que esta informação não seja propriamente secreta, o qual, não respondendo à solicitação do Sr. Deputado João Semedo, em parte pode ser útil para essa solicitação.

Devo dizer-vos que, quando recebi este ofício, ontem, ao final do dia, fiquei, inicialmente, um pouco confuso. O Ministério da Defesa, no fundo, enviou-nos uma listagem de documentação, que, penso, não estará toda na Comissão, olhando para a quantidade que é. Diz-se nesse ofício, por um lado, que não há informação nova relevante, tendo em conta o que fomos pedindo e, depois, enviam uma listagem do que têm. Esta informação está disponível, obviamente, para os Srs. Deputados consultarem.

Sugiro, e começo por dirigir-me ao Sr. Deputado João Semedo, que consulte essa listagem e veja se considera que há alguma coisa muito importante que não está na listagem ou se quer pedir alguma coisa que dela consta. Também peço aos outros Srs. Deputados que façam essa consulta e eu farei, depois, a diligência adequada na sequência da documentação que aprovamos pedir, tendo em conta o que falta ou não falta e o que é que podemos pedir. Penso que isso resolve o problema.

Como já referi, a informação é reservada, mas, não sendo especialista nessa matéria, em qualquer caso, essa listagem está disponível para consulta dos Srs. Deputados, que poderão ver o que é que fará sentido pedir, ou não. Se há coisas que não estão nessa listagem devemos concluir que não existem, porque penso que a listagem será, no fundo, uma tentativa de dizer «isto é tudo o que temos». Penso que a intenção do Ministério da Defesa foi a dizer «isto é tudo o que temos. Disto, o que poderá ser útil?», dizendo que na sua própria opinião não consideram relevante.

Srs. Deputados, agora, dou-vos conta da entrada de um ofício da Procuradoria-Geral da República, que, neste caso, não vem com a classificação «reservado», mas, sim, «confidencial», o que me leva a ter ainda mais cautela. Este ofício também está, obviamente, à disponibilidade

dos Srs. Deputado para consulta, porque penso que é essa a regra quando as matérias têm natureza confidencial.

O ofício foi recebido hoje mesmo e responde à nossa solicitação, isto é, à informação que pedimos sobre a existência de processos e em que ponto é que eles estão.

Como já referi, esta resposta da Procuradoria-Geral da República foi dirigida com carácter confidencial e estará disponível para consulta. Srs. Deputados, não fui eu que a classifiquei, por isso não me cabe a mim, penso eu, alterá-la. Cabe-me a mim ter alguma cautela, mas todos os Srs. Deputados têm acesso a ela.

Para além disso, informo-vos de que a carta dos advogados do ex-cônsul honorário também está disponível para os Srs. Deputados consultarem e essa não é confidencial. A carta dos advogados do Dr. José Miguel Júdice, cuja audição já está marcada, também foi distribuída ontem e está disponível.

Srs. Deputados, passamos, agora, à discussão de um conjunto de requerimentos, que, como é óbvio, terão de ser discutidos e votados individualmente.

O primeiro requerimento diz respeito a um pedido de documentação do Partido Socialista, que é do seguinte teor: «No seu depoimento perante a CPI, o Diretor-Geral do Armamento referiu que não detetou no arquivo cuja concentração determinou numa sala documentos relativos ao leilão bancário organizado (...).

Tal lacuna é porventura colmatável se a CPI solicitar a cada uma das seis entidades convidadas, que responderam ao convite:

- a) cópia da carta-convite recebida;
- b) cópia da proposta que apresentaram ao Ministério da Defesa Nacional. (...).

Trata-se, portanto, de um requerimento do Partido Socialista que pede que a Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares solicite cópia da carta-convite recebida por cada uma das seis entidades convidadas para o leilão bancário — algo de que temos estado a falar nos últimos dias — e também a cópia da proposta que cada uma destas seis entidades terá remetido ao Ministério da Defesa.

Penso que é claro qual é o requerimento de que estamos a tratar, tendo em conta que já aqui foi falado mais do que uma vez. Ainda assim — o método de discussão é sempre o mesmo —, o partido requerente, obviamente, terá a palavra, caso queira apresentar o seu requerimento, e os Srs. Deputados que queiram intervir sobre essa mesma matéria poderão fazê-lo a seguir. Sugiro, normalmente, que o partido requerente feche a discussão com uma última palavra antes da votação, o que é normal e legítimo.

Tem a palavra, Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, não é tanto para apresentar o requerimento, uma vez que julgo que todos têm presente qual é o problema que temos e as suas circunstâncias. O problema é encontrar as cartas-convite.

Durante a intervenção do ex-Secretário-Geral do Ministério da Defesa, o Dr. Carnall, tivemos a ocasião de verificar que uma das vias não nos propicia resultados. Esta, seguramente, propiciará, sendo certo que a única dúvida que talvez se possa colocar — e estamos completamente disponíveis para afeiçoar ou reformular esta proposta — é a de perceber se é necessário contactar as seis entidades ou se não bastará contactar as duas

que intervieram e que foram seleccionadas. Aliás, verdadeiramente, até nos bastava contactar uma.

Há dias, tive a ocasião de ver nos autos relativos a um dos equipamentos, não sou capaz de precisar, que o próprio Ministério da Defesa Nacional intervinha muito ativamente na definição das cartas-convite. Por exemplo, quando se tratava de uma carta-convite dirigida pela Empordef, havia abundante correspondência antes de a Empordef fazer qualquer carta-convite. Havia uma espécie de *guidelines*, depois havia um modelo afeiçoado e só depois, então, havia a formalização da carta-convite por quem tinha de a assinar e expedir.

Sendo assim, julgo que contactarmos só as duas entidades é, provavelmente, suficiente e seguramente que elas têm arquivos que nos podem...

O Sr. **Presidente**: — As duas entidades que foram até ao final do processo. É isso?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Exatamente. As entidades que foram apuradas para a reta final do leilão bancário. Temos esta disponibilidade, ou seja, não são precisas seis, mas duas. E, na verdade, chegava-nos uma, mas achamos que é melhor contactar as duas que foram apuradas.

Com esta emenda, ou com este aprimoramento, como queiram, achamos que tal proposta é útil.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, independentemente do sentido de voto do Bloco de Esquerda sobre esta proposta do Partido

Socialista, queria chamar a atenção para o seguinte: nós apresentámos um requerimento semelhante a este, em que solicitámos estes e outros documentos, no âmbito do leilão bancário, ao Secretário-Geral do Ministério da Defesa. É que, para nós, isto não está completamente claro.

Sem prejuízo, como disse, da proposta do Partido Socialista, queria aproveitar, desde já, para apresentar o requerimento do Bloco de Esquerda, porque acho que a Comissão Parlamentar não pode dar por demonstrado que estes documentos não existem. Acho que é um pouco demais! Devemos fazer ainda mais uma insistência, sem prejuízo da diligência que o Sr. Deputado José Magalhães acabou de propor.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Semedo, tanto quanto me lembro, esse requerimento do Bloco de Esquerda foi aprovado.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Julgo que vai ter de ser aprovado agora.

O Sr. **Presidente**: — O primeiro pedido genérico foi aprovado, penso eu. Se está aprovado, não temos de o aprovar outra vez, temos, quanto muito, de insistir na sua execução. É esta a minha dúvida.

Se ele foi aprovado, se não veio exatamente o que pedimos, se a única referência, tanto quanto me lembro, que temos em relação ao que pedimos são os documentos, que nos foram entregues, do Ministério que fazem referência às cartas, mas não são as próprias cartas — penso que é mais ou menos este o ponto da situação —, a única coisa que podemos fazer é insistir. Não faz sentido voltar a aprovar o requerimento para pedir os documentos, e a insistência pode ser feita a qualquer momento, portanto,



nos mesmos termos do resto da documentação que pedimos ao Ministério da Defesa, diria eu.

Ou seja, o Sr. Deputado João Semedo transmite à Comissão essa questão e nós insistimos no pedido, penso. Mas, se quiser que se volte a aprovar o requerimento, não há nenhum inconveniente, como é evidente.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, o problema é que fizemos um novo requerimento que inclui os documentos que já tínhamos solicitado e que não recebemos, mas, além desses, há mais alguns.

O Sr. **Presidente**: — Já foi entregue e distribuído?

O Sr. **João Semedo** (BE): — Já, já.

O Sr. **Presidente**: — Terá sido entregue, mas ainda não foi distribuído, porque não o tenho.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Desculpe, ainda não foi entregue.

O Sr. **Presidente**: — Então, pedia-lhe que o entregasse, porque talvez seja útil podermos votá-lo hoje, uma vez que estamos aqui para esse efeito.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Vamos entregá-lo já, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, no meio de tanta proliferação de requerimentos, torna-se difícil, a certa altura, acompanhá-los.

Em todo o caso, gostaria de dizer que o CDS está disponível, como é evidente, para votar este pedido de documentação, sendo certo que existe já este requerimento do Bloco de Esquerda que foi aprovado. Para além disso, e não queria deixar de dar esta nota, não tenho a certeza de que o requerimento do Partido Socialista, embora se trate de mais uma tentativa de obter determinado tipo de informação, seja ele próprio mandatário para as entidades a quem se dirige, porque não tenho a certeza de que essas entidades estejam sujeitas ao âmbito da jurisdição e supervisão portuguesas. Mas calculo que isso não seja um problema para o Partido Socialista, e para nós também não é.

No entanto, não queria deixar, desde já, de dar nota de que, muito provavelmente, na prática, será mais um requerimento votado ao insucesso.

O Sr. **Presidente**: — Mais algum Sr. Deputado se quer pronunciar sobre esta matéria?

*Pausa.*

Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, queria dar nota de que o Grupo Parlamentar do PSD irá viabilizar este requerimento do Partido Socialista. Contudo, devo dizer duas coisas.

Em primeiro lugar, faço minhas as palavras do Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila quanto às dúvidas relativamente ao sucesso deste requerimento, porquanto, de facto, está por demonstrar. Aliás, seria útil que

o Partido Socialista nos pudesse confirmar se assegurou da jurisdição do Parlamento relativamente a estas entidades, ou seja, se essas entidades estão ou não sujeitas às leis nacionais e, nessa medida, se pode antecipar-se a medida do sucesso deste requerimento. Penso que tal seria útil para não serem criadas expectativas que não têm adesão à realidade. Mas, ainda assim, não vemos por que não fazer esta tentativa.

Sr. Presidente, queria dizer ainda que, naturalmente, achamos que é importante ver as cartas-convite e as respetivas respostas, mas também quero dizer, com clareza, que nos sentimos confortáveis com o facto de termos tido a oportunidade, durante o decurso dos trabalhos desta Comissão, de verificar pela assinatura, e, portanto, pela palavra, de um Ministro da República a confirmação da existência desses documentos.

De facto, pudemos verificar que o então Ministro Severiano Teixeira transcreveu, inclusivamente, partes dessas cartas e, portanto, do nosso ponto de vista, ficou comprovada, por essa via, a existência dessas cartas. No entanto, sentir-nos-íamos mais confortáveis ainda se pudéssemos ver integralmente essas cartas. Por esse facto, viabilizaremos este requerimento.

O Sr. **Presidente**: — Como não há mais nenhum Sr. Deputado que se queira pronunciar sobre esta matéria, vamos, então, passar à votação do requerimento, apresentado pelo PS, com a correção introduzida pelo Sr. Deputado José Magalhães no decurso deste debate, em que se solicita informação às duas entidades que estiveram na fase final do leilão bancário.

*Pausa.*

O requerimento foi aprovado por unanimidade. Vou, então, tentar obter, junto destas entidades, esta mesma documentação.

Srs. Deputados, agora, vamos passar à discussão de um outro requerimento do Partido Socialista, que se refere ao memorando sobre as contrapartidas militares, da autoria dos Srs. Drs. Nuno Morais Sarmiento e Pedro Melo, da Sociedade de Advogados PLMJ, que sustenta que não haveria colisão entre a renegociação e o processo em curso, na altura, na 6.<sup>a</sup> Vara Criminal de Lisboa. Pede-se informação sobre o valor pago por esta prestação de serviços — portanto, trata-se do referido parecer — e informação sobre se, antes da assinatura do contrato, a mesma questão foi objeto de algum memorando ou parecer de alguma entidade externa ou interna, como foi asseverado pelo ex-Ministro Álvaro Santos Pereira (estou a acrescentar alguma informação, para que se saiba do que estamos a falar) em depoimento perante a Comissão de Inquérito.

Portanto, trata-se de um requerimento que pede informação sobre os custos associados a um parecer sobre esta matéria, que, entretanto, nos foi remetido pelo Ministério da Economia, para além de querer saber se existem outros pareceres a que, de acordo com o que o Partido Socialista diz no requerimento, o Ministro Santos Pereira teria feito referência. Basicamente, é este o conteúdo.

Pergunto se algum Sr. Deputado se quer pronunciar sobre este requerimento.

*Pausa.*

Tem a palavra, Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, penso que, ao ter lido este requerimento e acrescentado informação que o densifica, dispensou praticamente qualquer consideração adicional, salvo uma. Esta diligência é, obviamente, importante, porque, como se lembram, e consta da ata, o Sr. Ministro asseverou não ter tomado esta decisão sem acautelar as suas implicações e, a meu pedido, especificou que um assessor do seu gabinete, cujo nome está nos autos, tinha sido o responsável por pilotar esse processo.

Portanto, verdadeiramente, não estamos a colocar uma questão retórica, mas, sim, para que não suscitemos qualquer juízo e, sobretudo, qualquer ação junto do Ministério Público sem estarmos absolutamente seguros de que esgotámos as possibilidades.

Sr. Presidente, por outro lado, devo dizer que julgo que pedi, mas talvez o tenha feito de uma forma demasiado informal, que se insistisse junto do Prof. Álvaro Santos Pereira para nos explicar — já se passaram muitos meses — porque é que não nos enviou esse documento, uma vez que tinha ficado de o enviar, e enviá-lo, se o tiver, ou, então, dar uma explicação que nos permita formular um juízo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não havendo mais inscrições para usar da palavra sobre este requerimento, passamos à sua votação.

*Pausa.*

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, o meu objetivo não é dispensar os requerentes de intervenção, o meu objetivo é que, quando entramos na discussão,

saibamos exatamente do que é que estamos a falar, e, portanto, reporto-me aos termos de cada um dos requerimentos.

Passamos, agora, à discussão de um requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, assinado pelos respetivos coordenadores, que diz o seguinte: «Na sequência da audição realizada hoje de manhã com o ex-Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional, Dr. Bernardo Carnall, após as respostas que o depoente prestou nesta instância e a bem do bom funcionamento da Comissão (...), que diligencie junto do Ministério da Defesa Nacional para saber se existiram — e no caso de terem existido, serem enviados a esta Comissão — cartas de convite, modelo de leilão, primeiras e segundas propostas, quaisquer atas ou documentos de negociação com as entidades bancárias envolvidas no financiamento da aquisição dos helicópteros EH-101.

Portanto, trata-se de documentação semelhante à que foi pedida no âmbito do contrato dos submarinos, mas, desta vez, é respeitante ao contrato dos helicópteros EH-101. Penso que é disto que se trata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero apenas dar conta, muito rapidamente, de que, do nosso ponto de vista, há dois «apagões» muito relevantes no âmbito dos trabalhos desta Comissão: o primeiro «apagão», que tem a ver com o período que decorre entre 2005 e 2011, não é o objeto deste requerimento; o segundo «apagão» tem a ver com as condições de contratação dos EH-101, nomeadamente com o seu financiamento.

Temos falado muito sobre o processo dos submarinos, mas também convinha saber o que se passou no processo dos helicópteros. É isto, é simples.

O Sr. **Presidente**: — Se mais ninguém quer usar da palavra sobre este assunto, vamos votar o requerimento.

*Pausa.*

Srs. Deputados, o requerimento foi aprovado por unanimidade, tal como os requerimentos antecedentes. Mais um requerimento aprovado.

Penso que, agora, poderíamos passar à discussão e votação dos dois requerimentos do Bloco de Esquerda, porque, tanto quanto percebo, são os últimos requerimentos sobre documentação, e, depois, passaríamos à questão das audições. Assim, tratávamos, em primeiro lugar, dos requerimentos que têm a ver com documentação e, depois, tratávamos dos que visam pedir audições.

Estes dois requerimentos do Bloco de Esquerda deram entrada hoje mesmo, portanto, já no decurso desta reunião.

Um deles refere-se a documentação do leilão bancário dos submarinos, ou seja, é o requerimento a que o Sr. Deputado João Semedo estava a referir-se há pouco. O requerimento enuncia que, no seguimento das audições do Dr. Paulo Portas e do Dr. Bernardo Carnall, houve informação prestada sobre o leilão bancário para financiamento da aquisição de submarinos e em particular da alteração do *spread* após a seleção do vencedor — estou a ler algumas partes e saltei outras, respeitantes às disposições regimentais aplicáveis —, pelo que o Bloco de Esquerda vem requerer ao Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional a seguinte documentação: carta-convite enviada aos 10 concorrentes a 23 de agosto; propostas enviadas pelos concorrentes que responderam até dia 8 de setembro de 2003; atas, pareceres ou registos

sobre a decisão de seleccionar o Deutsche Bank e o consórcio BES/CSFB (Credit Suisse First Boston); atas, pareceres ou registos sobre a reunião realizada em Londres com o Deutsche Bank, o consórcio BES/CSFB e o GSC; comunicação trocada entre o MDN e o consórcio BES/CSFB, em que o consórcio propõe a alteração do *spread* 19 pontos-base para 25 pontos-base.

Sr. Deputado João Semedo, pretende dar mais alguma explicação?

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sim, Sr. Presidente. Quero dizer apenas que este requerimento é, basicamente, semelhante ao que acabámos de aprovar do PSD e do CDS-PP, mas em vez de ser relativo aos helicópteros é relativo aos submarinos.

Este requerimento não é igual ao do PS, porque o do PS procura informação junto de fontes que, julgo, nem sequer estão obrigadas a responder-nos.

Sr. Presidente, era só isto o que eu queria dizer.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, então, votar o requerimento.

*Pausa.*

Este requerimento foi, igualmente, aprovado por unanimidade.

O último requerimento sobre documentação, também apresentado pelo Bloco de Esquerda, diz o seguinte: no seguimento da audição do Dr. Bernardo Carnall, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem requer ao Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional o envio do relatório elaborado pelo ex-



Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional, Dr. Bernardo Carnall, dirigido ao Ministério das Finanças, sobre o processo de leilão bancário para financiamento da aquisição de submarinos. Portanto, este requerimento vem pedir o relatório elaborado pelo Dr. Bernardo Carnall.

Sr. Deputado João Semedo, não quero interferir no requerimento do Bloco de Esquerda, mas não acha que faria sentido pedir o documento aos dois Ministérios?

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sim, talvez, embora me pareça que...

O Sr. **Presidente**: — Se não estiver num lado, está no destinatário!...

O pedido é sempre dirigido aos ministérios. O requerimento pode solicitar que se peça ao secretário-geral, mas a Comissão envia sempre para o Ministério.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Acho que essa sugestão é bastante interessante e apoia-a inteiramente.

O Sr. **Presidente**: — Sugiro, portanto, que se peça ao Ministério que o enviou, o Ministério da Defesa, e ao Ministério que supostamente o terá recebido, o Ministério das Finanças, para que localizem este relatório, uma vez que o Dr. Bernardo Carnall não nos disse que não o tinha na sua posse. É esta a minha sugestão.

Tem a palavra, Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, estamos completamente de acordo.

Como adverti há pouco, a certa altura, se não «peneirarmos» os nossos requerimentos, corremos o risco de perder a memória dos que já foram feitos.

Em julho de 2014, antes de fechar os trabalhos, pedimos, por sugestão nossa, julgo, que o Ministério remetesse à Comissão a documentação relativa à negociação do contrato de financiamento à aquisição de dois submarinos, designadamente a correspondência através da qual foi proposto e aceite o aumento do *spread*, e a ata da reunião de Londres onde o tema foi abordado. Sobre este tema, o Sr. Ministro da Defesa Nacional manifestou ser a primeira vez que, em concreto, ouvia referidas as peças documentais em causa, como todos nos lembramos.

Mais: cópia das versões sucessivas do contrato de financiamento e, depois, que o MDN remeta à Comissão o relatório elaborado pelo Professor Brandão Rodrigues, a pedido do MDN, Dr. Portas, em 2003, de avaliação da BAFO, etc. —, mas esta já é outra matéria.

Como, no fundo, se trata aqui de uma densificação e explicitação, não vemos qualquer inconveniente em que seja feita. A verdade é que isto foi feito em julho, portanto com muito tempo, incluindo o das curtas férias, para reunir a documentação.

Depois disso, já reunimos com elementos do MDN, incluindo o atual Secretário-Geral, que nos referiram, em concreto, não terem várias das peças que tínhamos pedido em julho. Digamos que isto é uma espécie de prova dos nove.

Porém, antes disso, talvez seja de fazer um esforço de verificação, ou seja, como diria o outro, saber «se veio alguma coisinha».

O Sr. **Presidente**: — Certo, Sr. Deputado. Estou de acordo consigo. De resto, era um pouco a referência que eu fazia há bocado ao Sr.

Deputado João Semedo. Nós estamos a voltar a pedir, nalguns casos, coisas que já pedimos anteriormente.

No entanto, também nos resolve um problema. Por um lado, tem essa desvantagem e, por outro, tem uma vantagem: ao voltar a pedir, fica sublinhado se há, ou se não há.

Quando uma pessoa vem aqui e diz: «não há», não quer dizer que essa pessoa saiba se há ou não, pode não saber se há ou não. Nós não temos de tomar um depoimento testemunhal em relação a um determinado documento... Não sei dizer quem foi, mas tenho ideia de que alguém veio aqui dizer que não havia atas, que dessas reuniões não eram...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — O Dr. Carnall.

O Sr. **Presidente**: — O Dr. Carnall, precisamente. O Dr. Carnall disse que dessas reuniões não eram feitas atas. Portanto, estamos a voltar a pedir umas atas que ele próprio nos disse que não eram feitas. Provavelmente, vão dar a mesma resposta.

Usando duas expressões humorísticas, em primeiro lugar, «perguntar não ofende», como era de um conhecido *sketch* de televisão, e, em segundo lugar, faz lembrar aquela anedota infantil do «já disse que não tenho gato», à quarta resposta. Um aluno que estava a fazer um exame sobre o seu gato, que teria feito não sei o quê, à quarta resposta, disse: «já disse que não tenho gato».

Corremos um pouco esse risco. Mas fica também claro que é pedido especificamente, é pedido com detalhe e não há dúvidas.

Já não é o caso deste requerimento que está à votação, porque este reporta-se a um documento de que ouvimos falar, penso, pela primeira vez, durante a audição do Dr. Bernardo Carnall e que o Bloco de Esquerda pede

ao Ministério da Defesa Nacional que nos seja facultado. Eu até sugeri, porque, sem querer interferir, me parece uma sugestão razoável, que seja pedido aos dois Ministérios, porque assim duplicamos a possibilidade de o obter.

Vamos votar, então, o requerimento, subscrito pelo Bloco de Esquerda, no sentido de pedir ao Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional o relatório elaborado pelo ex-Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional, Dr. Bernardo Carnall, dirigido ao Ministério das Finanças, sobre o processo de leilão bancário para financiamento da aquisição de submarinos.

*Pausa.*

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Votado o último requerimento sobre documentação, passamos aos requerimentos sobre audições.

Há um requerimento, apresentado pelo Partido Socialista, que não tem a ver nem com documentação nem com audições,...

**Uma voz não identificada:** — É sobre o *tour*?!

O Sr. **Presidente:** — Sim.

Como eu estava a dizer, há um requerimento, apresentado pelo Partido Socialista, que não tem a ver nem com documentação nem com audições, que foi o último requerimento que deu entrada na Comissão, sobre as diligências em Munique e eventual prorrogação dos trabalhos. Chamo a atenção dos Srs. Deputados para esta matéria, porque a

prorrogação ou não e o balizar dos nossos trabalhos é relevante para tudo o resto que possamos decidir aqui, desde documentação, a audições, etc.

*Pausa.*

Srs. Deputados, o que estou a dizer não é irrelevante. São os limites do campo e do tempo de atuação, Sr. Deputado António Prôa. É nesse sentido que digo que vai estabelecer as linhas temporais limite de tudo o que possamos fazer, portanto, não é irrelevante esse requerimento.

Se os Srs. Deputados preferirem começar por esse requerimento, tudo bem, senão passamos, primeiro, aos requerimentos de audição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, talvez sugerisse, até para bom andamento dos trabalhos e porque acho que a discussão sobre a viagem, o *tour*, a Munique foi feita amplamente, que pudéssemos já votar esse requerimento. É porque todos os outros requerimentos são sobre pedidos de audição dos mais diversos partidos.

Sugiro, pois, que votemos já esse requerimento e, no caso de ser aceite, informo que tenho uma proposta de votação deste ponto que gostaria de apresentar, se fosse possível.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tenho uma dificuldade: é que o Partido Socialista, que apresentou os requerimentos, disse-me que preferia começar pelas audições, tanto quanto percebi. Sendo o partido apresentante, penso que tem esse direito e essa legitimidade.

Sr. Deputado José Magalhães, prefere começar pelas audições ou prefere que se aborde já este requerimento?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Metodologicamente, gostava de anunciar que vamos reformular o requerimento sobre as diligências e o requerimento sobre o horizonte temporal de trabalho da Comissão. Gostaríamos que a segunda questão não fosse abordada neste momento, porque queremos colocá-la na Conferência de Líderes. Só por razões de transparência e de franqueza é que vos demos conhecimento nesta sede desse aspeto.

Em relação às diligências a fazer, diria, de assentada, que, depois de tudo o que ouvimos e, designadamente, o que não ouvimos, isto é, ouvimos o Sr. Mühlenbeck, extensamente, explicar-nos, entre outras coisas, que o Sr. Jürgen Adolff entregou ao tribunal de Munique um rol densificado das suas façanhas, atividades concretas e prestações a favor da Ferrostaal que justificassem 1,6 milhões de euros, que é bastante dinheiro, apesar de tudo, nós não temos acesso a esse documento.

O Sr. Adolff não põe aqui os pés, aquilo que temos é um recorte da revista *Visão* onde está o famoso «'Diário' do cônsul», que é a forma sexy e jornalística de aludir à tal nota de prestações e de façanhas.

Se uma comissão parlamentar aceitar tratar assim a informação judicial de um país amigo, aceita baixar a sua fasquia de trabalho para um nível bastante baixo. E aceita desnecessariamente. Ou seja, convém ter a cabeça levantada em qualquer circunstância, exceto se for absolutamente impossível, e aqui não é impossível.

Não estamos a pensar num *tour* turístico. Quando quero fazer um *tour* turístico, agarro no dinheirinho, meto-me numa companhia e vou, não é preciso fazer isso à custa da Assembleia da República. E devo dizer que ir a Munique ver o Tribunal Regional de Munique não é propriamente aquilo

que nos dê enorme prazer. Há coisas mais interessantes para fazer em Munique.

Agradecia, portanto, que não se usasse expressões do tipo «excursão», «*tour*», etc., porque isso convida à ideia de que as pessoas que estão a propor querem ou gastar dinheiro inutilmente ao Estado — o que não é o caso — ou, então, lançar «tiros» para longe do «umbigo» visado, o que é uma coisa feia de fazer. Não é isso que está em causa.

Face à recusa de vinda do Sr. Adolff e ao facto de nos terem sido transmitidos documentos cuja origem nós não conhecemos e que foram aceites pela Mesa e pela Comissão e que são a nossa única fonte de conhecimento da sentença que condenou dois cidadãos alemães e não temos conhecimento da sentença que condenou este cidadão alemão que nos diz ter sido só condenado em 1.<sup>a</sup> instância, se não apuramos isto, temos de o imputar a nós próprios.

Eu acho que esta Comissão tem funcionado em termos abertos quanto aos requerimentos a solicitar documentos, como ainda agora vimos, e, portanto, não percebo qual é o empancamento em relação ao acesso à documentação alemã. Francamente, não percebemos o empancamento que até agora foi sinalizado em relação a isto.

Portanto, aguardamos com grande interesse... Para nós, é igual a modalidade. Se o contacto via Embaixada tivesse sido mais frutuoso, era desnecessário propor qualquer diligência desta natureza, mas, francamente, repugna-nos chegar ao encerramento da era das diligências com este empancamento. Esperemos que não haja empancamento, porque ele lançaria suspeitas e, enfim, um conjunto de especulações que gostaríamos que fossem evitadas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Magalhães, este debate cabe, como todos os outros, aos Srs. Deputados e aos grupos parlamentares; no entanto, do meu ponto de vista, como Presidente da Comissão e tendo em conta os trabalhos que temos efetuado, gostaria, apesar de tudo, de dar conta de três notas que me parecem relevantes.

Primeira, solicitámos esta documentação à Procuradoria-Geral da República, portanto, não houve um entrave ou um empancamento, para usar a sua expressão, desse ponto de vista; esta documentação foi solicitada à Procuradoria-Geral da República. A Procuradoria-Geral da República informou-nos que a solicitou às autoridades judiciárias alemãs e que estas remeteram informação dizendo que a entregavam à Procuradoria-Geral unicamente para efeitos judiciais e que não podia ser usada para outros. Portanto, foi feita essa diligência.

Segunda, foi feita — e li no início desta reunião — uma outra diligência junto do Embaixador português, e com conhecimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que nos respondeu, por ofício, que esse pedido foi feito às autoridades alemãs. Portanto, foram feitas duas diligências: uma, via Procuradoria-Geral da República e, outra, via Embaixada em Berlim para obtenção desses documentos.

Terceira, apesar de tudo, os documentos não chegaram de uma origem desconhecida. Chegaram por parte da Sr.<sup>a</sup> Eurodeputada Ana Gomes, que nos disse aqui, tanto quanto me lembro, que lhe tinham sido entregues por procuradores alemães. A fazer fé naquilo que nos disse, era fonte não oficial, mas tinha tido acesso através de contactos que manteve com a Procuradoria, na Alemanha. Foi a Sr.<sup>a</sup> Eurodeputada Ana Gomes que nos entregou esses documentos. Não sei se são todos, se não são todos, porque não tenho, nem me cabe fazer, esse detalhe. Mas os documentos



que temos sabemos de onde nos chegaram, não foram depositados anonimamente. Sabemos qual foi a via que nos fez chegar.

O Sr. Deputado José Magalhães diz que quer reformular o requerimento. Sugiro que o faça e que nos apresente.

A única dúvida que tenho — e essa dúvida eu tenho — é a seguinte: tendo nós pedido à Procuradoria-Geral, tendo nós pedido ao Embaixador, a minha dúvida não é sobre o empancamento, porque, quanto ao empancamento, eu consigo detetar a fonte e presumo que a fonte esteja no tribunal alemão e não nesta Comissão, nem em ninguém desta Comissão.

O que peço ao Sr. Deputado é que nos ajude a saber qual é a forma de «desempancamento», porque o problema está no «desempancamento» e não no empancamento. Ou seja, que modelo útil é que podemos ter para obter o «desempancamento»? É porque onde está o empancamento nós já percebemos, e não é nem nesta Comissão, nem na Procuradoria-Geral, nem na Embaixada. Agora, como é que uma diligência desse tipo pode ser útil é uma dúvida que eu próprio, como Presidente da Comissão, tenho até este momento. Ou seja, tendo sido pedido pela Procuradora-Geral, tendo sido pedido pelo Embaixador, que outra diligência útil pode fazer-se?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, eu pedia, então, que esta matéria fosse objeto de moratória para podermos fazer esse efeito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se o Partido Socialista não retirar agora o requerimento, não o votaremos já, como é evidente e, estando o Plenário a iniciar a discussão de assuntos, apesar de tudo, relevantes como seja o Orçamento rectificativo, talvez pudéssemos deixar essa matéria para depois.

Em qualquer caso, dou a palavra ao Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, pedindo aos Srs. Deputados que não prolongássemos muito uma discussão que não é agora deliberativa, como já percebemos.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, não vamos fazer a discussão que já fizemos uma vez, embora o Sr. Deputado José Magalhães o queira fazer, mas acho que o empancamento é, de facto, socialista. E é socialista porque estamos perante a segunda versão do mesmo requerimento, sendo anunciada a terceira versão do mesmo requerimento. Salvo o devido respeito, Sr. Deputado José Magalhães, o empancamento é socialista.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa. Já é a terceira versão sobre o empancamento...

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Pois, Sr. Presidente, fiquei curioso...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Vamos apresentar um requerimento retificativo.

O Sr. **Presidente**: — Já percebemos que, sobre esta matéria, será apresentado o segundo requerimento retificativo.

Pedia aos Srs. Deputados que nos ajudassem no sentido de também podermos participar no Orçamento retificativo, além desses requerimentos retificativos!...

Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Não sei se são requerimentos retificativos ou empancamentos retificativos, Sr. Presidente.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — É um «desempancamento»!

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Não, não me parece, Sr. Deputado, porque, pelos vistos, será a terceira vez que vamos ter uma quase discussão, porque ainda não sabemos se vamos, por fim, discutir.

O Partido Socialista, em relação a excursões a Munique, tem primado pelo «apresenta e retira», «apresenta e retira», «apresenta e retira»... E o tempo vai passando e o tempo para a excursão também vai diminuindo, Sr. Deputado.

Francamente, não percebo o que leva, de repente, o Sr. Deputado, que, certamente, tem ponderado muito sobre a excursão a Munique, a, mais uma vez, retirar, empancando outra vez a discussão sobre esta matéria.

Sr. Presidente, solicitava, por intermédio de V. Ex.<sup>a</sup>, que diligenciasse junto do Partido Socialista para que, antes da próxima apresentação, o Partido Socialista pondere se, finalmente, está em condições de desempacar a excursão a Munique. Isto porque me parece que há, de facto, coisas importantes para discutir e, mais uma vez, o Partido Socialista, pelos vistos, quanto a excursões a Munique, ainda não sabe bem o que há de fazer, como se verá mais à frente, com em relação a muitas outras matérias.

O Sr. **Presidente**: — A discussão não será feita agora, mas num momento posterior.

O desafio ao Partido Socialista — de resto, o Partido Socialista já o tinha assumido — é o de procurar, de retificar, de refletir sobre esta mesma

diligência pensando na sua utilidade (e sobre essa matéria, enquanto Presidente da Comissão, peço-vos que compreendam, terei, obviamente, opinião, não posso deixar de a ter) e discutiremos no último dia de audições.

Vamos votar vários requerimentos de audições, não sei qual será o seu destino, mas neste momento o último dia de audições que temos aprovado é a próxima terça-feira.

Portanto, no limite, na próxima terça-feira, se entretanto não forem aprovados mais requerimentos de audições, estas matérias terão de ser decididas, porque há um momento em que a própria Comissão terá de decidir sobre as posições e as diligências que vai tomar.

Primeiro requerimento de audição: apresentado pelo Bloco de Esquerda, no sentido de ouvir o ex-Primeiro-Ministro... Verifico que o Bloco de Esquerda não está presente.

*Pausa.*

Afinal, está presente. Sr. Deputado João Semedo, sem nenhuma apreciação política da minha parte, estava encoberto pelo Partido Comunista!...

*Risos.*

Não me leve a mal, Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não, não levo nada a mal.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de discutirmos os requerimentos, uma vez que estamos já a tratar da parte das audições das

entidades que nos faltam ouvir e dos respetivos requerimentos, queríamos colocar a questão do Sr. ex-Cônsul Jürgen Adolff e da sua recusa em prestar depoimento a esta Comissão.

Nós entendemos a argumentação relativa ao facto de o senhor ser arguido num processo judicial na Alemanha, não acompanhamos, de todo, a argumentação aduzida pelo advogado português que responde em nome do Sr. Jürgen Adolff dizendo que, pelo facto de ser cidadão alemão e residir na Alemanha, não está sujeito às obrigações que decorrem de uma comissão parlamentar de inquérito...

O Sr. **Presidente**: — E já tinha sido aduzida por vários outros depoentes, designadamente pela Sr.<sup>a</sup> Malinowski, pelo Sr. Hotten...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Mas, neste caso, há uma questão que é substancialmente diferente, Sr. Presidente. É que esse conjunto de cidadãos não tem por hábito estar no nosso País. Acontece que a comunicação social dá nota de que o Sr. Jürgen Adolff tem uma residência em Portugal.

Ora, tendo residência em Portugal e passando uma boa parte do ano em território português, entendemos que é matéria mais do que suficiente para insistirmos com uma notificação a este senhor em concreto na sua residência em Portugal e, depois, ponderarmos outras medidas, que passam pelo uso de outros meios, para obrigar o senhor a prestar depoimento a esta Comissão.

Saliento, então, este aspeto: em relação aos outros depoentes, verdadeiramente, tínhamos um problema, pois não passam parte do ano cá, em Portugal; este senhor, Jürgen Adolff, tanto quanto sabemos, passa uma boa parte do ano cá, em Portugal, e, portanto, será facilmente notificado. E,

estando em Portugal, é-lhe aplicada a legislação nacional — o Código Penal, o Código de Processo Penal e a legislação das comissões parlamentares de inquérito.

Essa é a nossa interpretação e, nesse sentido, queríamos que a Comissão insistisse na notificação deste senhor na sua residência de férias em Portugal para depois, em função da notificação ou não, decidirmos outras medidas que poderemos tomar, nomeadamente o acionamento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e o acionamento da PSP, caso o senhor continue a recusar a vinda a esta Comissão e tenha sido devidamente notificado.

Esta é uma questão que queríamos colocar previamente à deliberação das outras audições.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, partilho dos considerandos, ainda que tenha dúvidas sobre a sua conclusão. Mas, obviamente, o Sr. Deputado proporá à Comissão e esta deliberará. Ou seja, partilho da sua preocupação sobre um cidadão que não se apresenta, partilho das suas dúvidas, que, de resto, já foram expostas por mim numa carta dirigida à própria Conferência de Líderes sobre a dificuldade que temos sobre cidadãos que não têm nacionalidade portuguesa e, neste caso e apesar do que o Sr. Deputado diz, não tem residência oficial em Portugal, o que o distingue do Sr. Mühlenbeck... O Sr. Mühlenbeck é cidadão residente em Portugal e este senhor será, quando muito...

Sr. Deputado, posso estar a dizer até um erro. É o que sei, não sei mais do que isto. Tanto quanto sei e pelo que vejo na comunicação social, será proprietário em Portugal, mas não sei se tem ou não estatuto de residente. O advogado diz-nos que não é cidadão com estatuto de residência em Portugal, terá, quando muito, uma ou várias casas de férias

— a comunicação social falava até mais do que uma, penso eu — e, portanto, será proprietário...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — É uma empresa de...

O Sr. **Presidente**: — «É uma empresa», diz-me o Sr. Deputado José Magalhães.

Portanto, a eficácia da sua notificação, ao contrário do Sr. Mühlenbeck, parece-me muito duvidosa. Porquê? Porque o Sr. Mühlenbeck é um cidadão residente em Portugal, tem esse estatuto e tem uma morada em Portugal que nos foi fornecida pelo Sr. Deputado José Magalhães e confirmada pela Sr.<sup>a</sup> Eurodeputada Ana Gomes, que usámos e que funcionou.

Quanto a este senhor, ele foi notificado na Alemanha, onde vive. Ele recebeu a notificação desta comunicação na Alemanha, onde vive.

Mas, Sr. Deputado, há uma coisa que acho indiscutível: em todos os casos de pedidos de apresentação em que as pessoas não se apresentam teremos de fazer a notificação às autoridades competentes. Sobre isso, não tenho a menor dúvida.

Agora, a eficácia de irmos à procura de uma morada que estará em nome de uma empresa e que será uma eventual morada de férias, nesse caso, tenho algumas dúvidas. Se o Sr. Deputado quiser formalizar, os Srs. Deputados depois decidirão, mas tenho dúvidas sobre a sua eficácia.

Porém, em relação a todos os casos de pedidos de apresentação e que as pessoas não se apresentam, temos de comunicar às autoridades competentes. Sobre isso, não tenho a menor dúvida, porque é hipoteticamente crime de desobediência e, em último caso, as autoridades competentes podiam extrair certidão relativamente a esse facto.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Se me permite, e para ajudar, acho que podíamos tomar diligências no sentido de apurar o estatuto efetivo deste senhor face ao território nacional. Isto é, se ele tem ou não estatuto de residente, confirmar essa informação que foi dada, perceber se ele tem outro estatuto, tipo «Visto Gold» ou coisa do género e, confirmado, junto das autoridades nacionais, se ele tem ou não este estatuto de residência, o passo posterior, Sr. Presidente, tendo ou não estatuto de residente ou algum tipo de forma especial de estar cá, em território nacional, seria o de insistir com uma notificação à morada que ele tenha em Portugal.

Portanto, devíamos fazer um esforço para descobrir qual é a morada e notificá-lo na respetiva residência. Depois, em função da notificação ou não, decidirmos o que fazer em concreto relativamente a este senhor.

Mas julgo que devem ser feitos estes passos. Primeiro, apurar, junto do Governo português, qual é o estatuto do senhor; segundo, tentar descobrir a morada e notificá-lo na respetiva morada portuguesa para, depois, decidirmos o que fazemos relativamente a outras diligências que sejam necessárias, mas não abdicar, de uma forma perentória, do testemunho deste senhor, que é fundamental para este processo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu compreendo.

Seguirei o que está a dizer, pedirei informação, como é evidente. Penso que isso é consensual, não haverá qualquer problema em pedirmos essa informação e é lógico que o façamos, ainda que, no limite, me pareça que a Assembleia estará a fazer um exercício legítimo de autoridade, mas cujo resultado final não será muito diferente. Isto porque o senhor, sendo arguido e estando em processo de recurso na Alemanha, no máximo dos máximos, o que conseguiríamos era notificá-lo e trazê-lo aqui e ele



chegaria aqui e diria que não dizia nada, como os advogados já nos disseram. De resto, a resposta a uma notificação feita na casa dele aqui não será diferente da resposta à notificação, porque ele foi notificado.

*Uma voz não identificada.*

Não, porque o argumento do advogado é o de que ele é arguido e não dirá nada. Está escrita na carta, como o Sr. Deputado leu.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, se me permite, quem dirá se fala ou não é o Sr. Jürgen Adolff...

O Sr. **Presidente**: — Está bem! Claro!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — ... e, Sr. Presidente, nós já tivemos diferentes testemunhas que chegaram a invocar o estatuto de arguido e que prestaram depoimento nesta Comissão, e depoimento útil.

O Sr. **Presidente**: — Eles não disseram que não falavam, nem os advogados nos mandaram carta a dizer que não falavam.

Mas eu acompanho-o na sua diligência. Estou só a alertar para aquilo que me parece ser a redundância e a eficácia da mesma. Mas tudo bem, não estou contra a sua ideia. Também estou de acordo que o senhor devia comparecer. Até aí não há divergência de espécie nenhuma. De resto, a carta é conhecida, está acessível e foi distribuída a todos os Srs. Deputados e é detalhada. É, de resto, de uma senhora advogada do escritório Pinto de Abreu e Associados, como é conhecido. É o escritório que representará este senhor ex-cônsul.

Passamos, então, aos requerimentos de audições.

O primeiro é do ex-Primeiro-Ministro Durão Barroso.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado João Semedo, queria pedir-lhe desculpa por há pouco não o ter visto, porque eu tinha os Deputados do Partido Comunista à minha frente.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, começo por lhe agradecer. Eu, de facto, involuntariamente, tinha caído numa zona de sombra, mas sombra é o que há mais neste assunto!

Apenas queria dizer o seguinte: em 4 de julho, propusemos uma série de audições, que foram votadas e, na altura, por consenso, considerámos que deveríamos deixar a audição do ex-Primeiro-Ministro Durão Barroso para decidirmos numa outra circunstância, num outro contexto.

Tendo em conta que os ex-Primeiros-Ministros e os ex-Presidentes da República dispõem de um estatuto especial de audição nestas comissões de inquérito, passadas estas audições e lida a documentação, consideramos que se justifica por inteiro ouvir o Primeiro-Ministro do Governo que adquiriu equipamento militar, nomeadamente os submarinos. Assim, propomos que isso seja votado e aprovado hoje nesta Comissão e, naturalmente, que o Dr. Durão Barroso, caso venha a ser aprovada a sua audição, possa usufruir do estatuto que é válido para todos os ex-Primeiros-Ministros. Significa isto que pode responder por escrito, se assim o entender.

No fundo, a nossa proposta é a de que se vote hoje aquilo que, por consenso, decidimos não votar no dia 4 de julho.

O Sr. **Presidente**: — Sobre este assunto, mais algum Sr. Deputado pretende usar da palavra?

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Muito rapidamente, já que o Plenário está a iniciar, queria dizer o seguinte: manifestámos a intenção de votar a favor aquando da apresentação inicial do requerimento por parte do BE, mantemos esta posição de voto favorável e queremos até acrescentar que, das audições que entretanto ocorreram, vimos reforçada a necessidade de ouvir o então Primeiro-Ministro Durão Barroso sobre esta matéria em concreto e, portanto, mantemos o nosso voto favorável.

O Sr. **Presidente**: — Mais algum Sr. Deputado pretende usar da palavra?

*Pausa.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, a propósito deste pedido de audição, mas também de todos os outros, já aqui tinha referido, numa ocasião, que, em função dos pedidos sucessivos de audição que tinham sido apresentados recentemente, mas também em função de todo um conjunto de pedidos sistemáticos que são apresentados, acho que fica bem claro — e não tem a ver, em particular, com este pedido que é agora apresentado pelo Bloco de Esquerda — que esta Comissão não serviu os propósitos daquilo que, nomeadamente, o Partido Socialista queria, mas também daquilo que os diferentes partidos da oposição aqui procuraram obter e a verdade é que, chegando perto do fim dos trabalhos, isso resulta evidente.

Relativamente a este pedido — e isto eu queria dizer em relação a todos os pedidos de audição que foram aqui apresentados —, queria dizer, em particular ao Sr. Deputado João Semedo, que, por princípio, nós, no CDS, somos contra audições de Primeiros-Ministros e de ex-Primeiros-Ministros. E somos contra porque não é tradição, como os Srs. Deputados bem sabem, somos contra porque já foram ouvidos todos os Ministros da Defesa que tiveram essa pasta ao longo de mais de uma década, somos contra porque foram ouvidos todos os Ministros da Economia que os Srs. Deputados quiseram ouvir — é verdade que se prescindiu de alguns, nomeadamente do Partido Socialista, mas ouvimos todos aqueles que os Srs. Deputados quiseram ouvir —, somos contra porque ouvimos todos os responsáveis das contrapartidas.

Portanto, o CDS e o PSD, a maioria esteve sempre nesta Comissão com a maior abertura, como bem mostra a votação que acabámos de fazer quanto a todos os pedidos de documentos.

Julgo que também resulta claro, hoje, que em todos estes programas militares tudo começa, tem desenvolvimento ou acaba com o Partido Socialista.

Por isso, queria dizer ao Sr. Deputado João Semedo, que é o partido requerente, que nós, do ponto de vista concetual, como é evidente, não seríamos favoráveis a esta audição, achamos que não faz sentido pelas razões que aqui expus abundantemente, mas se o Bloco de Esquerda, com a anuência do Partido Socialista, insiste em que seja ouvido o antigo Primeiro-Ministro Durão Barroso, então, terei de apresentar, também, o pedido de audição do ex-Primeiro-Ministro António Guterres.

Terei de o fazer porque foi também no tempo do antigo Primeiro-Ministro António Guterres que se adquiriram estes equipamentos militares; foi nesse tempo que começaram a maior parte dos programas e dos

contratos que estão a ser analisados; foi também no tempo do Governo do Eng.º António Guterres que foram escolhidos os seis candidatos dos submarinos; foi no tempo do Eng.º António Guterres que foram escolhidos os dois candidatos para a fase seguinte; foi no tempo do Eng.º António Guterres que se optou pela mudança do submarino alemão; foi no tempo do Eng.º António Guterres que foi assinado o acordo contratual das contrapartidas; foi no tempo do Eng.º António Guterres que se quis apresentar os termos de referência e que houve a recusa por parte dos diferentes candidatos; e foi também no tempo do Eng.º António Guterres que tudo se passou e que nada aconteceu relativamente aos helicópteros EH-101.

Se o Bloco de Esquerda insiste, e o Partido Socialista dá a sua anuência, então, apresento um requerimento, que peço ao Sr. Presidente que distribua, para inquirir também o antigo Primeiro-Ministro António Guterres, sendo certo, Sr. Presidente, que me parece haver uma prerrogativa dos antigos Primeiros-Ministros para, querendo, deporem por escrito. Do meu ponto de vista, esta Comissão tem a ganhar em que as perguntas sejam objetivas e até, porventura, que sejam iguais em relação aos dois ex-Primeiros-Ministros.

Por isso, como é evidente, se o Bloco persiste, se o PS concorda, então, também teremos de chamar a esta Comissão o Eng.º António Guterres, pelo que peço ao Sr. Presidente que, através dos serviços da Comissão, seja distribuído este requerimento de audição do antigo Primeiro-Ministro António Guterres.

O Sr. **Presidente**. — Enquanto se discutia o requerimento, foi apresentado um outro.

Vejo que o Sr. Deputado João Semedo pede a palavra. Sr. Deputado, quer intervir relativamente ao que disse o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila? Não seria melhor ouvir os Deputados dos vários partidos? Talvez fizesse sentido, uma vez que o Sr. Deputado já falou uma primeira vez. Obviamente, falará uma segunda ou terceira, se quiser. Mas, para já, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, estávamos a trocar impressões porque ainda estávamos a digerir aquilo a que tínhamos assistido, ou seja, uma espécie de «ela por ela», o famoso princípio de talião ou o famoso princípio que o Eça imortalizou quando dizia «a empresa corta-me alguma coisa, eu tenho de cortar alguma coisa à empresa», aquela que fornece as *utilities*, a água e luz etc.

Srs. Deputados, esta não é a forma de tratar esta matéria. Devemos medir a utilidade dos depoimentos em função dos factos apurados dos autos e daqueles que suscitam dívidas. Deve ser esse o critério, não deve ser uma espécie de retaliação. Sobretudo, se julgam que isso suscita em nós qualquer emoção, reacção ou contrarretaliação, estão completamente enganados. Nós só não podemos convocar mortos, mas vivos podemos — não é que às vezes não nos apeteça!...

A questão é que o espírito que foi traduzido naquilo que o Sr. Deputado Lobo d'Ávila aqui disse é absolutamente inaceitável, quase diria caricatural. Nós, obviamente, votaremos todos os requerimentos que se justifiquem, sem nenhum medo e sem «arcas encoiradas». Portanto, isso não nos impressiona absolutamente nada. Se a ideia é «não, não façam isso porque não queremos que se oiça o Primeiro-Ministro António Guterres e, portanto, não queremos que se oiça o Primeiro-Ministro Durão Barroso»... A inquirição faz-se por necessidade, não por negócio. Nós não fazemos

negócios de inquirições. Isso não fazemos, nem temos, nessa matéria, nada a esconder!

Portanto, o que propomos é que se façam as perguntas e que seja criado o condicionalismo necessário para ouvirmos várias outras entidades. Como estamos a encaixar depoimentos em dias que começam às 9 ou 10 da manhã e acabam as 8, 9 ou 10 da noite, por nós, não temos qualquer problema em encaixar esta gente toda em dois dias. Não tenho dúvida alguma de que com a «vareta» do Sr. Presidente ouviremos essa gente toda

Mas não queremos que fique a suspeita de que, tendo sido indicadas pessoas cujo contributo pode ser útil, a Comissão de Inquérito, olhando para o relógio e, atarefada, invoca que tem mais que fazer... A Sessão Legislativa está a começar e, se não tiver um fim antecipado e uma «sulipampa», ainda durará uns meses e, portanto, havemos de ter tempo para completar os outros deveres, que são sérios, importantes e que nos darão muito trabalho.

Sr. Presidente, suponho que não quererão fazer as duas votações ao mesmo tempo e que confiam em fazer, primeiro, a votação da audição de Durão Barroso e a seguir a outra. Isso é que já me parecia um bocadinho demais, porque tem de haver um mínimo de confiança no procedimento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Magalhães, fazer as votações é com os Srs. Deputados, submeter à votação é da minha responsabilidade. Obviamente, porei à votação o requerimento que está em discussão neste momento.

Talvez faça sentido que o requerimento que entrou a seguir, uma vez que vem na lógica de se ouvir outro Primeiro-Ministro além daquele que é pedido, e no pressuposto de que este será aprovado — o que também não sei —, seja votado imediatamente a seguir e antes do resto das audições.

Até porque, depois — é minha preocupação e confesso-lhe, Sr. Deputado, que já estou a começar a pensar nisso —, no caso de qualquer um deles ou os dois invocarem a prerrogativa que lhes assiste (e que, de resto, já era também do Sr. Dr. Jaime Gama, que não a invocou, mas que poderia tê-lo feito na qualidade de ex-presidente da Assembleia) de serem ouvidos por escrito, teremos de resolver rapidamente a questão de saber quais as perguntas a dirigir a estes ex-Primeiros-Ministros.

Parece-me óbvio que resultam dos requerimentos duas ou três perguntas lógicas, ou seja, o grau de conhecimento que tiveram, a participação que tiveram nas negociações, os contactos que mantiveram ou não no processo inicial e o grau de responsabilidade nas decisões finais. Se os Srs. Deputados pretendem fazer mais algumas perguntas isso terá de ficar claro para, no caso de os ex-Primeiros-Ministros quererem usar da prerrogativa, sermos eficazes no envio das perguntas.

De qualquer, os requerimentos serão votados um a um, como é evidente, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, gostaria de deixar claro que o Grupo Parlamentar do PSD subscreve, conjuntamente com o CDS, o requerimento para a audição do Sr. ex-Primeiro-Ministro António Guterres, e fá-lo com toda a serenidade, indo procurar beber alguma coerência e continuidade ao que tem sido o comportamento desta Comissão, no seu todo, relativamente ao pedido de personalidades para depor.

A prática foi sempre a de uma equidade na apreciação e na audição dos responsáveis, nomeadamente dos responsáveis políticos. De facto, ouvimos os responsáveis políticos do PSD, ouvimos os responsáveis



políticos do Partido Socialista, Ministros da Defesa e da Economia dos Governos que estiveram envolvidos neste processo.

Portanto, Sr. Deputado José Magalhães, sei que era útil, para si, a argumentação de que haveria qualquer intenção de realização. Mas, não, pode retirar essa preocupação do âmbito das suas preocupações, porque não se trata disso. Trata-se tão-somente de manter o princípio da equidade na audição dos responsáveis políticos. É tão-somente isso que aqui está em causa.

Portanto, parece-me evidente que, do nosso ponto de vista, como disse, e muito bem, o Sr. Deputado Filipe Lobo D Ávila, não é muito necessária — aliás, em função de tudo aquilo que fomos discutindo nesta Comissão —, quase que arriscaria dizer que não é muito pertinente a audição de um ex-Primeiro-Ministro, na medida em que todos os responsáveis políticos que foram chefiados por ele foram ouvidos nesta Comissão, e eles próprios tiveram oportunidade de, na Comissão, assumir todas as responsabilidades pela condução dos processos de aquisição de equipamentos militares.

Assim sendo, não seria adequado e, francamente, não nos parece necessário, para apurar mais factos, ouvir o Sr. ex-Primeiro-Ministro José Manuel Durão Barroso. Ainda assim, e por uma questão de manutenção da equidade, havendo esta iniciativa, e não pretendendo nós que isto sirva de pretexto para que a maioria possa ser acusada de inviabilizar o apuramento de qualquer facto, viabilizamos a audição do Sr. ex-Primeiro-Ministro José Manuel Durão Barroso. Mas, na linha da manutenção dessa equidade, consideramos que devemos ouvir também o Sr. ex-Primeiro-Ministro António Guterres.

Porém, é importante que fique claro o nosso ponto de vista: achamos tanto mais surpreendente esta proposta de audição do Dr. Durão Barroso

porquanto ela é claramente inspirada na fixação da Sr.<sup>a</sup> Eurodeputada Ana Gomes relativamente ao Dr. Durão Barroso. É de todos conhecida, é por demais evidente, a fixação que a Dr.<sup>a</sup> Ana Gomes tem pelo Dr. Durão Barroso, por razões que não importa refletir no âmbito desta Comissão. Mas ela é conhecida e a Dr.<sup>a</sup> Ana Gomes não a esconde, aliás, teve oportunidade, no âmbito dos trabalhos desta Comissão, de renovar, de reforçar essa fixação relativamente ao Sr. Durão Barroso, e, pelos vistos, essa fixação contagiou os grupos parlamentares que agora propõem a sua audição.

Não consideramos que seja a melhor motivação. Ainda assim, como disse, viabilizaremos essa audição e, na linha da manutenção da equidade, sublinho que, nessas condições, deve também ser ouvido o Sr. Eng.º António Guterres.

Sr. Presidente, por fim, quero sublinhar a nossa preocupação relativamente aos procedimentos, no pressuposto de virem a ser aprovadas estas duas audições.

A nossa preocupação tem a ver com a prerrogativa de que gozam os ex-Primeiros-Ministros de deporem por escrito e, prevendo essa possibilidade, julgo que seria positivo que pudéssemos, desde já, balizar as questões que deverão ser colocadas, porque o artigo onde consta essa prerrogativa dá conta da necessidade de notificar os depoentes dos factos a que eles se deverão referir.

Nessa medida, o Bloco de Esquerda, como partido proponente, poderia sugerir quais os factos sobre os quais devem ser questionados estes depoentes, nomeadamente o Dr. Durão Barroso. Acho que as questões devem ser tão idênticas quanto possível.

Era essa nota de preocupação que eu queria deixar. Ou seja, além da deliberação sobre a audição dos ex-Primeiros-Ministros, deve também ficar

desde já definido, para adiantarmos trabalho, o âmbito das questões que deverão ser colocadas.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado José Magalhães pede a palavra, mas o PCP ainda não se pronunciou sobre esse assunto, portanto, ainda falta ouvir um partido. Depois, numa eventual segunda ronda sobre o assunto, o Sr. Deputado João Semedo já me tinha feito sinal e, portanto, termos de seguir essa ordem, se não se importar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PCP tem como conduta nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o apuramento da verdade. Dissemos, desde o início, que não iríamos colocar qualquer obstáculo a requerimentos no que diz respeito à audição de diferentes intervenientes, na medida em que isso se afigure necessário para o apuramento da verdade. Como dissemos, a audição do então Primeiro-Ministro Durão Barroso é, para nós, fundamental para a descoberta a verdade.

Não se colocando a questão de um requerimento ser votado em detrimento do outro, porque isso é ridículo, votaremos também a favor da audição do então Primeiro-Ministro António Guterres, uma vez que também tem responsabilidades políticas nesta matéria. Assim, iremos votar favoravelmente os dois requerimentos.

No que diz respeito aos procedimentos, penso que estamos a precipitar-nos.

A prerrogativa de depor por escrito é dos deponentes, não é de nenhum grupo parlamentar, pelo que, em nossa opinião, não deveremos enviar previamente os quesitos. Primeiro, notifica-se os senhores para

deporem e eles, querendo utilizar a prerrogativa, comunicam-no à Comissão. Nessa altura, é enviado o questionário. Acho que fazê-lo previamente é completamente disparatado.

É a única observação que queria deixar aqui relativamente ao procedimento. São tratados como qualquer outro cidadão. Têm esta prerrogativa, e compete-lhes exercê-la ou não.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, nunca outra coisa esteve em cima da mesa! A única coisa que foi dita por mim e depois acrescentada, nalguma medida, pelo Sr. Deputado António Prôa — e fui eu que lancei essa discussão, uma vez que só voltaremos a reunir na terça-feira —, foi que quanto mais cedo consensualizarmos o que podem ser os quesitos, mais depressa eles poderão chegar aos depoentes, se for o caso, e mais depressa obteremos resposta. É evidente que não vou enviar quesitos sem perguntar primeiro.

De resto, aprovadas estas audições, faria exatamente o mesmo que fiz com o Sr. Dr. Jaime Gama. Ainda por cima, são duas individualidades que penso que justificariam, e obrigariam até, um contacto pessoal da minha parte, enquanto Presidente da Comissão, dizendo que o seu nome foi aprovado e se pretendem depor pessoalmente ou por escrito.

Se já tivermos mais ou menos consensualizadas as perguntas, podemos fazê-las seguir na hora; de contrário, não poderemos. É só essa a questão e, como é evidente, é uma prerrogativa dos próprios, como disse, e bem. Todos conhecemos a lei e as normas aplicáveis.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de sublinhar que não estamos a discutir nenhum requerimento

novo. Esta proposta de audição foi apresentada no dia 4 de julho e, por consenso, foi decido adiar a sua votação. Nova, nova é a proposta relativa ao Sr. Eng.º António Guterres.

Em segundo lugar, não conhecia essa posição de princípio do CDS relativamente aos Primeiros-Ministros, porque bem me recordo — até porque fui relator da Comissão — como o CDS abraçou entusiasticamente a audição do Engenheiro José Sócrates na Comissão de Inquérito PT/TVI.

*Uma voz não identificada.*

Não estou enganado, sei bem do que falo! Sei bem do que falo, mas não vamos agora fazer polémica sobre isso e agradeça que me deixasse continuar.

Fundamentalmente, o que queria dizer é que é verdade que foi no tempo do Sr. Eng.º António Guterres que aconteceu isso tudo que o Sr. Deputado disse, mas não foi no tempo do Sr. Eng.º António Guterres que houve um primeiro-ministro que contactou com pessoas que vieram a ser condenadas por corrupção. Essa é a diferença!

Portanto, se o Sr. Deputado coloca — e lamento que o faça, porque isso é admitir que eu posso estar sujeito a qualquer condicionalismo ou pressão—, ou se admite que posso desistir da minha proposta porque o Sr. Deputado apresenta essa ou qualquer outra proposta, está muito enganado, conhece-me mal, conhece mal o Bloco de Esquerda, e presta um mau serviço a esta Casa.

De facto, a sua proposta pretende apenas satisfazer a direita, e o CDS em particular, nesse pequeníssimo sentimento de vendeta política. Acho isso horrível na Casa da democracia.

Não há nenhum argumento — se ele existisse já devia ter sido apresentado — que justifique uma necessidade qualquer de ouvir o Sr. Eng.º António Guterres, a não ser satisfazer esse mísero sentimento pequenino de vendeta. É muito feio, é muito mau para a democracia e para esta Casa. Mas, enfim, o que interessa é que será ouvido o Sr. Dr. Durão Barroso.

Queria também dizer o seguinte: não sou influenciável pela Sr.ª Eurodeputada Ana Gomes. Como disse, e repito, foi no dia 4 de julho — ainda nem a Sr.ª Deputada Ana Gomes cá tinha vindo — que apresentámos esta proposta.

Por último, queria dizer que não há quesitos consensualizados. Era só o que faltava! Cada grupo parlamentar, oralmente ou por escrito, fará as perguntas que entender ao Sr. Dr. Durão Barroso! Era só o que faltava que estivéssemos condicionados ou que nos estivéssemos a condicionar uns aos outros! A audição por escrito é para responder às perguntas que qualquer grupo parlamentar quiser colocar ao ex-Primeiro-Ministro Durão Barroso, o qual, como qualquer outro depoente, tem toda a liberdade de responder ou não às perguntas que lhe forem feitas. Mas não aceitarei que alguém me impeça de perguntar seja o que for, seja a quem for, e muito menos ao ex-Primeiro-Ministro Durão Barroso! Isso não existe, não está na lei dos inquéritos parlamentares!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, com a maior naturalidade e calma possível, queria apenas dizer ao Sr. Deputado João Semedo que, de facto, tem razão, não o conheço muito bem a si e ainda

conheço pior o BE. Relativamente ao Bloco de Esquerda, deixe-me dizer-lhe que ainda bem.

E digo-lhe ainda mais: não aceito, de si ou de qualquer outro Deputado desta Comissão, qualquer lição de moral, ou lição de boa-fé, ou lição quanto aos procedimentos que são adotados nesta Casa.

Quanto aos procedimentos que são adotados nesta Casa, cada um fala por si. Julgo que trabalhamos nesta Comissão há três ou quatro meses incessantemente, todos os dias, e sabemos bem os procedimentos que cada um já adotou. Portanto, Sr. Deputado João Semedo, queria apenas deixar isto de forma clara, para não haver dúvidas. O Sr. Deputado tem as suas posições, que eu respeito como sendo suas, e seguramente também respeitará, pelo menos, as que são as minhas.

Sr. Presidente, a única que quero dizer é que não há aqui nenhuma caricatura. Caricatura é a posição política de alguns partidos que, ao fim de quatro meses, continuam a inventar expedientes para prolongar uma Comissão que não tem história, ou, pelo menos, não tem a história que eles gostariam que tivesse. Isso é absolutamente evidente e, portanto, Sr. Presidente, abstenho-me de fazer mais qualquer comentário relativamente àquilo que foi aqui dito ou àquilo que ainda poderá ser dito, apenas votarei em conformidade o que temos para votar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, queria abordar a questão da metodologia através da qual, face a uma possível aprovação destes requerimentos, se deve dar cumprimento à lei.

O Sr. **Presidente**: — Essa questão é relevante.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — De facto, não entro nesta questão do tráfico de audições e ...

*Uma voz não identificada.*

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Foi o Sr. Deputado que apresentou um requerimento condicional. Peço desculpa mas o Sr. Deputado apresentou um requerimento condicional. Se apresenta um, nós apresentamos outro!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Então, o Sr. Deputado Lobo d'Ávila faz um desenho e eu não posso dizer que é um macaco?! Estão a brincar comigo!

O Sr. Deputado faz um desenho, é um macaco. Eu digo «É um macaco» e o Sr. Deputado ofende-se?! Por amor de Deus... Vamos lá regressar à discussão.

Portanto, a política do «olho por olho, dente por dente» não é connosco e não chamamos a isso equidade, tem outro nome e é feio.

Mas se há alguma paixão a cultivar é a da verdade e a da transparência, e essa é nossa. Não temos absolutamente nada a esconder e, portanto, isso não funciona connosco.

Em relação à metodologia a adotar, é óbvio que se deve consagrar a liberdade de fixação dos centros de interesse e das perguntas. Não vou perguntar ao ex-Primeiro-Ministro Durão Barroso se o Jürgen Adolff é um maçador. Não é para isso que queremos fazer as perguntas! Não é que não me apeteça, mas não é isso que vamos fazer.



*Uma voz não identificada.*

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Nem entro por aí...

Sr. Presidente, nesta matéria, deve reinar a liberdade e, portanto, os grupos parlamentares devem apresentar o seu contributo para se fazer um questionário, como, aliás, já fizemos para os quesitos. Ou seja, para o quesito primeiro, proposta do BE; quesito não sei quantos, proposta do PSD, etc. Não há alternativa para este meio a não ser colecionar um cacharolete de perguntas que são legítimas.

Evidentemente que, quando são as mesmas, fundem-se, como, de resto, o Sr. Presidente determinou naquele ensaio de quesitos. A proposta de pergunta sobre o tal, por iniciativa ou sugestão do BE e do PS, e por aí adiante,... ou do PCP ou do PSD ou de todos... E não teremos dificuldade em fazer esse documento. Agora, tem de ser um documento assente na liberdade de expressão e na liberdade de questionamento.

O Sr. **Presidente**: — É uma proposta que é diversa da apresentada pelo Sr. Deputado António Prôa.

Chamo a atenção que, como Presidente, perante essa matéria, tenho uma única preocupação — e como compreenderão todos os Srs. Deputados, independentemente do debate que estão a travar e sobre o qual, como em todos os debates que se travam em Comissão, também tenho opinião, mas abstenho-me de participar, como é evidente, porque não é esse o meu papel —, repito, tenho só uma preocupação, desse ponto de vista: aprovarmos uma matéria e a seguir não ser claro o método que vamos seguir. Ora, isto implica duas coisas: que não sabemos exatamente o que estamos a aprovar nem como é que vamos resolver o problema a seguir.

Ou seja, se ficar claro que cada grupo apresenta as perguntas que quer e que as perguntas são todas somadas e são todas enviadas, está claro o que é que estamos a aprovar e não há problema. Se é claro que deve ser a Comissão — por mim, pela relatora, pelos grupos parlamentares — a consensualizar quais são as perguntas, como diz o Sr. Deputado António Prôa, e a mandá-las para os dois, esse é um método diferente. São coisas diferentes e temos de saber.

A única coisa que eu não gostaria, como os Srs. Deputados compreendem — e aí vou um bocadinho ao contrário do Sr. Deputado José Magalhães —, era que os Srs. Deputados mandassem as perguntas, ficando a mesa de as subsumir, de as juntar, ou seja, havendo uma espécie de versão retificada por mim, coisa que eu não gostaria de fazer e me coloca, obviamente, numa possível polémica que eu dispensaria e que os Srs. Deputados compreenderão que eu dispense. Ou seja, discutir a seguir se a minha versão corresponde ou não, exatamente, à pergunta do PCP, que não era exatamente igual à BE, que, por sua vez, tinha uma ligeira diferença da do PS, nem que a diferença fosse de uma vírgula, para usar uma expressão célebre...

Isso eu dispensaria e, portanto, de duas, uma: ou é a Comissão que decide, nos termos em que entender, ou são as perguntas que os grupos enviarem, com ou sem número, com ou sem limite, para serem remetidas aos próprios, se, como disse o Sr. Deputado Jorge Machado, e bem, eles vierem a requerer essa faculdade. Tem é que ficar decidido um método, porque deixar isso ao meu critério, como imaginam... Posso voltar a convocar a Comissão para amanhã, para segunda-feira, para quando quiserem, mas gostaria que ficasse claro o que é que vamos fazer.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, vou referir-me ao método, mas antes queria dizer uma coisa ao Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

Nesta matéria, pronunciei-me relativamente ao CDS de forma muito diferente daquilo que me pronunciei quanto às palavras do Sr. Deputado António Prôa, que apresentou aqui a posição do PSD em relação aos dois requerimentos que temos em discussão. O Sr. Deputado pode não ter reparado no que disse, pode até nem querer dizer exatamente o que disse, mas não aceito que use a expressão que usou: «se o Sr. Deputado insistir, então, faço isto». Não aceito isso! Isso não é uma prática de uma Casa como esta. Não sou suscetível de mudar de opinião por aquilo que o Sr. Deputado faça ou deixe de fazer e, portanto, não posso aceitar sequer que o Sr. Deputado pense isto. Não estou a dar lições a ninguém, estou a defender a liberdade e a dignidade do Deputado desta Casa, mais nada!

Em segundo lugar, Sr. Presidente, contesto, e recorrei até onde puder, porque não temos de discutir método nenhum. Era só o que faltava!... Cada Deputado fará por escrito, se for esse o caso, as perguntas que entender. Sempre foi assim! Não há sínteses nem discussão sobre se há vírgulas a mais ou a menos, sobre se as perguntas... Lembro-me, no caso do Engenheiro José Sócrates, que houve respostas do tipo «a resposta foi dada na pergunta 6», «a resposta foi dada na pergunta 14», e é assim que tem de ser. Porquê? Porque o que está em causa é que o direito de responder por escrito que o ex-Primeiro-Ministro tem não pode transformar-se num condicionamento das perguntas que lhe queremos fazer.

Sobre isso, não pode, portanto, haver nenhuma seleção, nenhum tratamento, nenhum condicionamento. Não aceitarei isso e irei, nesta Casa, até ao fim na demonstração de que tenho razão neste aspeto!

Não há, na lei dos inquiridos parlamentares, nenhuma hipótese de introduzir um método que condicione a liberdade de questionamento de qualquer um dos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem toda a razão, não é isso que está em causa.

Em relação àquilo que disse, queria apenas referir três coisas. Em primeiro lugar, a única coisa que estou a dizer é que essa questão foi levantada por um Sr. Deputado e, obviamente, é verdade que, uma vez aprovadas as audições, o Sr. Deputado pode até ter razão, mas os grupos parlamentares têm de saber o que vão fazer.

O Sr. Deputado António Prôa disse que concordava desde que fosse nestes termos. É a posição dele e os grupos parlamentares podem ou não aprovar; a seguir é que se levanta essa questão. O Sr. Deputado diz que não aceita nenhum método, mas esse é o seu método, ou seja, é um método de liberdade, mas é um método!

O Sr. João Semedo (BE): — Não, Sr. Presidente, desculpe, mas não! Vamos entender-nos sobre isso! É que, se aceitarmos ter a discussão que o Sr. Presidente propõe, estamos a autolimitar a nossa liberdade de expressão no domínio das perguntas que queremos fazer ao Sr. ex-Primeiro-Ministro. E, desculpe, Sr. Presidente, mas isso, para mim, é intocável!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado João Semedo, ou não estou a ser claro ou o Sr. Deputado não entendeu.

Não propus nada, o Sr. Deputado António Prôa é que propôs a possibilidade da existência de perguntas iguais para os dois, com determinadas regras, e ele vai explicar isso, a seguir, como entender.

Quem propôs que se pudesse fazer a subsunção de perguntas foi o Sr. Deputado José Magalhães.

O que estou a dizer é que o método a usar tem de ficar claro e o método pode ser o seu. O Sr. Deputado pode não gostar da qualificação, mas acho que não deixa de ser um método: cada grupo apresenta as perguntas que quiser, com total liberdade. É um método! É neste sentido que estou a usar a expressão «método», não estou a dizer que não é o seu, convinha era que esta questão ficasse clara.

A ausência de limitação é uma metodologia a usar! A minha expressão «método» é no sentido de metodologia.

O Sr. João Semedo (BE): — Ó Sr. Presidente, desculpe, mas não pode aceitar qualquer limitação, porque, quando temos aqui o depoente, nenhum de nós pergunta ao outro que perguntas vai fazer ou deixar de fazer.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, estamos de acordo, mas, repito que não fui eu que lancei essa questão.

Tem a palavra, Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. António Prôa (PSD): — Sr. Presidente, quero procurar esclarecer duas coisas e, depois, acrescentar também mais alguma coisa a esta discussão.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, para que fique claro, não coloquei como condição para a aprovação destes requerimentos a elaboração prévia de qualquer questionário, o que eu disse foi que seria útil, para ganharmos tempo, que pudéssemos ir avançando com essa metodologia.

Em qualquer circunstância, votaremos favoravelmente, até para que isto não sirva de pretexto para qualquer incidente, já que o incidente de chumbarmos a audição do Dr. Durão Barroso não vai poder ser utilizado.

Em segundo lugar, também não pretendi defender que as questões fossem iguais, mas, se fui assim entendido, procurarei agora esclarecer. O que me parece é que o modelo a utilizar para ambos, no caso de ambos preferirem depor por escrito, deve ser idêntico, o que, ainda assim, é uma coisa diferente. Por isso, se me expressei mal, peço desculpa, mas julgo que agora fica claro.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, e acrescentando alguma coisa à discussão, respeito e prezo muito, além do mais, a liberdade de expressão. Tenho até simpatia pela liberdade de criação e, se quiser, até pela liberdade de invenção.

Agora, há questões que são, também elas, incontornáveis e, no caso em apreço, refiro-me ao Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares. Penso que não nos devemos esquecer daquilo que vem descrito, nomeadamente no seu artigo 16.º, n.º 2, que, Sr. Presidente, se me permite, passarei a ler: «Gozam da prerrogativa de depor por escrito, se o preferirem, o Presidente da República, os ex-presidentes da República, o Presidente da Assembleia da República, os ex-presidentes da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro e os ex-primeiros-ministros, que remetem à comissão, no prazo de 10 dias a contar da data da notificação dos factos sobre que deve recair o depoimento, declaração, sob compromisso de honra, relatando o que sabem sobre os factos indicados».

Da leitura que faço, no caso de eles pretenderem depor por escrito, temos de indicar os factos, e julgo que não há volta a dar relativamente àquilo que a lei dispõe.

Nós, na Comissão, porque é a Comissão, através do Sr. Presidente, que notifica os ex-Primeiros-Ministros, teremos de indicar os factos sobre os quais devem depor. Portanto, como não podemos abstrair-nos desta realidade, parece-me que seria útil para a discussão que fôssemos procurando identificar os factos. Se lhes chamarão questões ou o que quer que seja não interessa, mas nós vamos ter de identificar factos para enviar e, sobre isto, vamos ter de nos colocar de acordo tanto quanto possível. E isto não retira qualquer respeito pela liberdade de expressão ou até, como disse, pela liberdade de invenção. Caso se venha a verificar o depoimento por escrito, vamos ter de chegar a acordo sobre a identificação de cada um deles e, nessa medida, teremos um modelo idêntico. Não quis dizer outra coisa.

O Sr. Presidente: — Isso é uma competência da Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Sr. Presidente, sobre esta matéria, penso que se trata de uma questão que se colocará e, nessa medida, subscrevo, na íntegra, aquilo que o Sr. Deputado António Prôa acabou de dizer e agradeço o esclarecimento de que é a Comissão que envia essa lista de factos.

Mas, em todo o caso, penso que isso só se colocará em função da resposta que for dada por parte dos depoentes. Portanto, estamos a antecipar, desde já, uma discussão, embora este esclarecimento do Sr. Deputado António Prôa seja, diria eu, determinante.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Sr. Presidente, já percebemos que os requerimentos vão ser aprovados, e isto, para nós, é o mais importante, mas não queremos deixar de sinalizar aqui o facto de, efetivamente, a maioria apresentar o segundo requerimento quase como forma de retaliação.

O Sr. António Prôa (PSD): — Não é!

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Desculpe, mas é a leitura que faço.

Quem assiste de fora a esta disputa entre PS e PSD, tem de o dizer frontalmente, porque, de facto, até pelo modo como foi apresentado, é uma forma de retaliação, ou seja, «se o Bloco de Esquerda insiste na audição do Primeiro-Ministro,...» — e não percebi a parte da anuência do Partido Socialista, uma vez que o proponente não precisa da anuência de ninguém — «... então, nós propomos a audição de Guterres», como forma de retaliação. Esta é a leitura que se faz e acho que não é cordial nem deve ser essa a motivação. Se a motivação é a descoberta da verdade e importa ouvir o ex-Primeiro-Ministro António Guterres, estamos totalmente de acordo e não somos obstáculo a isso, mas, efetivamente, foi assim que pareceu.

Mas, como disse, percebendo que pode haver matéria útil para a Comissão, votaremos a favor da vinda do ex-Primeiro-Ministro António Guterres.

Quanto à questão metodológica, que é aquilo que nos separa, efetivamente, há aqui um problema para resolver, que é o de todos os grupos parlamentares poderem fazer as perguntas que entenderem, como se estivessem na presença do depoente.

Podíamos repetir todas as perguntas, mas é um bocado obtuso estarmos a repetir as mesmas perguntas. Portanto, a forma de ultrapassar isto, e é uma sugestão que faço, é esta: todos os grupos parlamentares



enviam as perguntas que querem que sejam colocadas e, depois, por consenso dos coordenadores, se houver consenso de todos os coordenadores, de entre as repetidas, seleciona-se uma, para que não seja enviada a mesma pergunta só porque tem uma vírgula diferente de outra, mas, objetivamente, é a mesma. Para evitar o exercício disparatado de enviar a mesma pergunta quatro vezes, podemos, com essa metodologia, por consenso, chegar à conclusão de que, sendo a mesma pergunta, envia-se uma só que satisfaça toda a gente.

Mas, repito, Sr. Presidente, isso terá de ser decidido, necessariamente, por consenso e não por regra de maioria, porque, efetivamente, coloca-se aqui em causa a liberdade de os grupos parlamentares fazerem as perguntas que entenderem. Portanto, ou há consenso sobre esta matéria ou, então, seguem as quatro perguntas, com as ligeiras diferenças que tiverem, porque os grupos parlamentares entendem que elas são diferentes, têm especificidades próprias que merecem ser atendidas.

Nesse sentido, acho que esta é a plataforma em que nos podemos entender, caso seja necessário enviar as perguntas por escrito.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. António Prôa (PSD): — Sr. Presidente, muito brevemente, registo, até com apreço, o cuidado ou, se quiser, o rigor com que o Sr. Deputado Jorge Machado se referiu ao que parecia relativamente a este requerimento. O Sr. Deputado disse que parecia uma retaliação e acho que é legítimo que lhe pareça, o que já não me parece tão legítimo é que o diga, após o esclarecimento, e procurei ser claro, aliás, a leitura do requerimento

também confirma essa clareza, de que não há nenhuma intenção de retaliação ao que quer que seja.

Nós utilizámos — é a nossa leitura — um princípio de equidade na forma como fomos escutando os responsáveis políticos. Ouvimos todos os responsáveis políticos que estiveram relacionados com os processos de aquisição e, pela nossa parte, era desnecessária a audição de Primeiros-Ministros. Sendo colocada essa questão, e não querendo nós evitá-la, para que não fosse pretexto de que alguém nos acusasse de querermos esconder o que quer que fosse, então, mantendo esse princípio, vamos ouvir os responsáveis máximos.

Não há, que fique claro, qualquer intenção de retaliação, há intenção de manter a pluralidade na audição dos responsáveis políticos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Prôa, penso que ficou claro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Sr. Presidente, ficou claro. Era exatamente isto que queria dizer: não houve qualquer intenção de retaliação, houve a afirmação de um princípio!

Do nosso ponto de vista, não era necessária a audição dos Primeiros-Ministros, porque foram ouvidos todos os responsáveis políticos por aí fora, mas acho que está claro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, penso que, então, temos de passar à votação dos requerimentos. Fiz aqui um exercício preliminar que já percebi que nos pode dar ainda algum trabalho, porque resultou num

«inconseguinto» da minha parte, que foi o da definição já de uma metodologia a seguir relativamente à questão das perguntas.

Obviamente, não quis contrariar nada do que aqui foi dito sobre essa matéria — e digo isto, em particular, ao Sr. Deputado João Semedo, que me está a fazer sinal —, a única coisa que procurei, passe a linguagem corriqueira e popular, foi que não sobrasse para mim e para a Mesa a resolução desta mesma matéria, ou seja, que não ficasse a Mesa com a obrigação de fazer fusão, confusão, interpretação, fosse o que fosse, do método que teríamos de seguir e dos tais factos a indicar.

Mas, mesmo no método a seguir, podíamos ter já um primeiro questionário, que é a soma dos questionários dos partidos. Seguindo, por exemplo, um método que conhecemos, em particular, nós, advogados, das audições judiciais, era possível, como método, Sr. Deputado João Semedo, indicarmos que, de todas aquelas perguntas que os partidos tinham no início, queríamos que respondesse à tal, tal e tal, o que também poderia não ser o ideal, porque obstava a que novas matérias que, entretanto, surgiram, nas várias audições, pudessem ser perguntadas.

Mas, entenda, Sr. Deputado João Semedo, que não quero condicionar, de maneira nenhuma, antes, pelo contrário, o que quero é que se defina como vamos fazer. Se não estamos agora em condições de o definir, o ideal será aprovar, fazer, logo que possível, o contacto, para saber se querem depor por escrito ou se vêm à Comissão e, logo que se souber, na próxima reunião, poderemos tentar, então, chegar a uma solução, reunindo até, primeiro, se necessário, com os coordenadores.

Tem a palavra, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Presidente, em nome da transparência e da cordialidade da nossa discussão, quero só informar os

Srs. Deputados e o Sr. Presidente de que me vou abster na proposta relativa ao ex-Primeiro-Ministro António Guterres, e vou abster-me, exatamente porque, na minha maneira de ver, não é uma audição necessária. Não há nenhuma razão para me opor a ela, mas não vejo qualquer razão para que ela se efetive e, portanto, não a considero necessária. É exatamente esta linha, esta fronteira que distingue a posição relativamente à proposta do Dr. Durão Barroso, e à forma como o PSD e o CDS se colocam perante esta proposta, e relativamente à proposta do Eng.º António Guterres.

Portanto, vou abster-me, porque não vejo nenhuma razão que justifique ou que crie um quadro de necessidade para essa audição, mas, por outro lado, também não vejo qualquer inconveniente em que ela se verifique. Agora, não quero que a minha posição possa significar que aceito este princípio: «insistes com isto, então, tens de confrontar-te com uma outra audição». Não aceito este princípio, acho-o um mau princípio e, portanto, a minha votação também exprime o meu protesto relativamente a isso.

O Sr. Presidente: — Apesar de correremos o risco de não conseguirmos mesmo estar no Plenário, tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. António Prôa (PSD): — Sr. Presidente, compreendo, mas também compreenderá que há coisas que escutamos e relativamente às quais temos de reagir.

O Sr. Deputado João Semedo, procurando colocar um tom que, aliás, pré-anunciou de grande serenidade, disse algo que, com toda a franqueza, não parece muito sério. O Sr. Deputado acabou de dizer que não vê

necessidade da audição do Sr. ex-Primeiro-Ministro António Guterres e, nessa medida, abster-se-á na votação dessa audição.

Ó Sr. Deputado João Semedo, deveria ser mais cauteloso quando fala em necessidade de audições, porque sou forçado a recordá-lo da audição do diretor comercial da Ipetex, que foi requerida por V. Ex.<sup>a</sup>, audição na qual, aliás, o Sr. Deputado não esteve presente e relativamente à qual todos aqui concluimos que era absolutamente desnecessária.

Portanto, vir agora o Sr. Deputado dizer, com uma suposta autoridade, o que é necessário ou não, quando o Sr. Deputado propôs e fez aprovar uma audição absolutamente desnecessária e nem sequer se dignou a estar presente, quanto mais não fosse para justificar da pertinência dessa audição, parece-me francamente excessivo e desnecessário.

O Sr. Presidente: — Vou dar a palavra ao Sr. Deputado João Semedo, mas peço-lhe que, de facto, seja breve, porque os argumentos estão esgrimidos, por assim dizer, e temos de passar à votação dos requerimentos.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Presidente, não quero entrar em controvérsia com o Sr. Deputado António Prôa, mas o Sr. Deputado, na sua intimidade, dar-se-á conta da diferença de dimensão política das duas audições de que estamos a falar.

O Sr. António Prôa (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. João Semedo (BE): — Com certeza, Sr. Deputado, já sei que não estive, ninguém morreu por isso, a audição fez-se na mesma e foi tão interessante ou tão pouco como qualquer outra.

O Bloco de Esquerda fartou-se de propor audições, e todas elas foram feitas; outros grupos parlamentares também propuseram várias audições, que também se fizeram, umas com mais interesse e outras com menos.

O Sr. Deputado compreenderá que não é por razões de dignidade que estou ou deixo de estar, sabe bem o que faço e, portanto, não tem qualquer razão para fazer esses comentários.

Agora, o que lhe digo é que, na sua intimidade, certamente compreenderá a diferença de dimensão política de um caso e do outro, mas não vamos entrar em controvérsia.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos, então, passar à votação dos requerimentos, digo eu, que fui testemunha de todas essas muitas e vastas audições que realizámos.

Começamos por votar o requerimento do Bloco de Esquerda, solicitando a audição do ex-Primeiro-Ministro Durão Barroso.

*Pausa.*

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Vamos, agora, votar o requerimento do PSD e do CDS-PP, solicitando a audição do ex-Primeiro-Ministro António Guterres.

*Pausa.*

O requerimento foi aprovado, com votos a favor do PSD, do CDS-PP e do PCP e abstenções do PS e do BE.

Srs. Deputados, vamos votar o requerimento do Partido Socialista, solicitando a audição do Sr. Dr. Manuel Pinheiro, ex-assessor do ex-Ministro Álvaro Santos Pereira.

Pergunto aos Srs. Deputados, designadamente ao partido proponente, se pretendem usar da palavra relativamente a este pedido de audição.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, se me permite...

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, julgo que, não tendo nós obtido o parecer prévio, habilitante do contrato assinado no dia 1 de outubro de 2012, e tendo o ex-Ministro Álvaro Santos Pereira indicado — estive a confirmar na ata — que a pessoa que tudo sabia, que tinha negociado e contactado com o interlocutor alemão era quem agora indicamos, e que acabou de referir, é absolutamente fundamental ouvir este jurista ou assessor, até porque hoje, com o que sabemos hoje e não sabíamos na altura em que o ex-Ministro Santos Pereira cá veio, temos perguntas a fazer que, na altura, não podíamos fazer, como, por exemplo, as que decorrem do facto de o Ministro Pires de Lima, em homenagem à transparência, nos ter trazido o texto integral do acordo e seus anexos, precisamente de 1 de outubro de 2012, entre a Ferrostaal e o Estado português, representado pelo Prof. Santos Pereira, então Ministro da Economia.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. Filipe Lobo d' Ávila (CDS-PP): — Sr. Presidente, muito rapidamente, quero apenas dizer que, num conjunto de pedidos de audição solicitados pelo Partido Socialista, constatamos o desespero que reina no PS e, sobretudo, o objetivo do PS, de tentar prolongar indefinidamente esta Comissão, o que nós não aceitamos.

Quero dizer, ainda, de forma muito clara, até para não suscitar grande controvérsia, que até este momento aprovámos todas as audições, inclusive aceitámos e aprovámos esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ouvimos mais de 50 pessoas nesta Comissão, ao longo dos últimos meses, ouvimos todos aqueles que quiseram, todos aqueles que tinham responsabilidades políticas, responsabilidades técnicas, os representantes das empresas, inclusivamente diretores comerciais, Deputados do Partido Socialista, Eurodeputados do Partido Socialista, todos, e agora até aprovámos a audição de dois ex-Primeiros-Ministros.

Por isso, quero apenas dizer que quem esteve no Governo — e calculo que o Sr. Deputado José Magalhães também tenha estado — sabe o que é um adjunto, nós ouvimos aqui o responsável político e foram pedidos documentos e pareceres sobre as declarações do responsável político que aqui esteve.

Percebo que, no caso do PS, seja a Sr.<sup>a</sup> Eurodeputada Ana Gomes a dirigir os trabalhos do PS, mas nós temos liberdade, acho eu, de não querer ir naquele que é o procedimento que o Partido Socialista pretende assumir, de prolongamento sem termo desta Comissão. Isto, não aceitamos e quero deixá-lo absolutamente claro.



O que acabei de dizer aplica-se às diferentes audições que são suscitadas pelo Partido Socialista, porque já ouvimos ou vamos ouvir os responsáveis políticos máximos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Sr. Presidente, quero aqui registar a diferença de postura do CDS, e presumo que o PSD também irá ter posição idêntica, porque pelo menos assim tem sido até agora. E registo a mudança de postura, porque nós, aquando da discussão do primeiro conjunto de audições que esta Comissão iria fazer, fomos bastante claros e consensuais na análise de que esta seria uma primeira vaga e, em função daquilo que seriam as audições, era possível ouvir mais gente. Esta é a coisa mais natural do mundo, isto é, que resulte das audições a necessidade de ouvir outros intervenientes no processo, mas, sinceramente, isso ficou consensualizado entre todos. Todos dissemos que esta era uma primeira vaga e que, depois, se fossem precisas novas audições, cá estaríamos para aprová-las.

Assim, fico muito surpreendido com esta nova postura do CDS e do PSD, que fazem agora um bloqueio às audições que se seguem. É um bloqueio completamente incompreensível — e estou a falar genericamente, porque foi feito um anúncio relativamente a todos os restantes requerimentos —, mas, aqui, neste caso concreto, ainda é mais incompreensível, porque há, efetivamente, um ex-assessor do ex-Ministro Álvaro Santos Pereira, que foi indicado pelo próprio ex-Ministro como sendo o responsável pela renegociação das cláusulas das contrapartidas e que importava de todo ouvir.

Portanto, se é o próprio ex-Ministro que assume que este ex-assessor em concreto teve a mão no processo de renegociação das cláusulas das contrapartidas, naturalmente, faz todo o sentido ouvir este senhor, para perceber o porquê das alterações entretanto efetuadas nas referidas cláusulas, questão fulcral desta Comissão.

Neste sentido, Sr. Presidente, como disse, aquando da discussão do anterior requerimento, além de votarmos a favor de todas as audições que são suscitadas pelos grupos parlamentares — esta é uma posição de princípio nesta matéria, a de não haver obstáculos de nenhum grupo parlamentar para ouvir seja quem for, porque entendemos que, se os grupos parlamentares convocam as pessoas, à partida, têm motivos e informações suficientes para as convocar —, não seremos obstáculo a nada e, neste caso concreto, até entendemos que a audição faz todo o sentido, tendo em conta o que se passou nesta Comissão. E o que está a ser exercido pela maioria, com o seu comportamento, na nossa opinião, é um inaceitável bloqueio à descoberta da verdade. Por isso, queremos dizê-lo, desde já, com esta formulação: a maioria está a fazer um bloqueio à descoberta da verdade material nestas matérias. E este caso concreto é bastante paradigmático, porque foi o ex-assessor indicado, pelo próprio ex-Ministro, como «tendo as mãos na massa», ou seja, como tendo a informação relativa à revisão das cláusulas das contrapartidas. Portanto, será ele quem tem a informação suficiente para responder aos Deputados desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. António Prôa (PSD): — Sr. Presidente, sejamos claros relativamente às audições que aqui são propostas.

Do nosso ponto de vista, há momentos em que é necessário ser claro relativamente à consideração e à opinião que temos acerca das propostas que são feitas. E, neste caso concreto, esta, como outras que mais à frente iremos apreciar, é claramente uma manobra dilatória, não passa disso.

Os partidos da oposição, não satisfeitos com o cumprimento do guião que tinham imaginado e o preconceito que tinham relativamente a esta temática, não vendo satisfeitos os seus propósitos, procuram agora prolongar esta Comissão e os seus trabalhos, no sentido de encontrar outros incidentes que cada reunião vá provocando.

Portanto, vemos esta proposta como uma tentativa de concretizar esse expediente e, por isso, não a consideramos, sequer, relevante, por uma razão muito clara: ouvimos aqui todos os responsáveis de facto pelas decisões que foram tomadas — as boas decisões ou as más, em função da opinião de cada um —, mas, com todo o respeito, começarmos agora a ir também buscar adjuntos, a pretexto de novas audições, ultrapassa os limites do razoável. Não tenho qualquer desconsideração por adjuntos dos membros do Governo, eu próprio fui adjunto de dois membros do Governo, mas também sei muito bem qual o papel de um adjunto.

Portanto, estar a querer trazer aqui, como putativo responsável por o que quer que seja, um adjunto de um ministro, que é, ele, sim, para o bem e para o mal, o responsável pelas ações e pelo resultado das ações que realizadas, parece-me manifestamente desajustado.

Assim, ouvimos os responsáveis, colocámos todas as questões que quisemos aos responsáveis, depois disso já fizemos requerimentos sobre os assuntos que ficaram mal explicados, mas começar a ouvir adjuntos de membros do Governo já me parece um bocadinho excessivo e acho que já não é sério nem dignifica esta Comissão.

Ouvimos todos os responsáveis políticos e é isso que deve fazer esta Comissão, porque os adjuntos respondem perante os responsáveis políticos e, estes, nós já os ouvimos, pelo que achamos absolutamente sem sentido estas propostas de audições de adjuntos de membros do Governo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, para encerrar esta discussão, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, trocámos impressões sobre isso e, realmente, o que nos impressiona mais — e quando digo «nos impressiona», o «nos» não é um plural majestático, mas, de facto, trocámos impressões sobre isso — é a contradição com a posição antes assumida, que levou o PSD e o CDS a aceitarem a convocação de um ex-Primeiro-Ministro e, depois, a adiantarem a ideia da convocação de um outro ex-Primeiro-Ministro, o que implica, automática e inevitavelmente, a prorrogação dos trabalhos da Comissão, porque não é possível pedir resposta pronta, na segunda-feira, aos nossos quesitos, bonitos e lindos de morrer.

O Sr. Presidente: — São 10 dias, Sr. Deputado.

O Sr. José Magalhães (PS): — Exato!

Portanto, se tivéssemos qualquer pretensão dilatória, já tínhamos conseguido.

O Sr. António Prôa (PSD): — Mas têm!

O Sr. José Magalhães (PS): — Ó Sr. Deputado, mas, se temos, somos uns dilatadores de sucesso.

O Sr. António Prôa (PSD): — Bom, isso aí...

O Sr. José Magalhães (PS): — Conseguimos dilações espantosas, aliás, com a vossa ajuda.

Portanto, só a fazer dilações, já somos dois!

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Trouxeram uma nova dilação à dilação!

O Sr. José Magalhães (PS): — Exatamente, fizeram a dilação da dilação, duas vezes uma, se bem me lembro.

Quer dizer, não vale a pena estarmos com isto, é pura perda de tempo e neste caso concreto ainda é mais perda de tempo, e é grave. Isto, porque palavra puxa palavra e, a certa altura, as pessoas já estão arrastadas pelo vento que sopraram com a sua própria ventoinha atrás, ou seja, já é quase um desenho animado.

Assessor?! E por que não um assessor?! Não foi um taxista que teve um papel muito importante na condenação de um conhecido político?

O Sr. António Prôa (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. José Magalhães (PS): — E não é um contabilista que vai ter um papel enorme no caso Espírito Santo, um contabilista do Luxemburgo, não é?

O Sr. António Prôa (PSD): — Também já fez o filme...

O Sr. José Magalhães (PS): — E estou a segurar-me para não fazer mais filmes!

*Risos.*

Estou mesmo! Estou a fazer um esforço enorme!

O Sr. **Presidente**: — Pedia-vos que fossem um bocadinho mais pragmáticos nas decisões que temos de tomar.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Portanto, os senhores podem votar isto, mas depois a Comissão fica a fazer o quê? A tricotar o relatório? E à espera de juntar ao relatório dois depoimentos do tipo «isto já está feito, mas depois a gente... pim!, mete aqui um anexo e já está feito»?!

Não fica à altura de um trabalho como é aquele que nós esperamos que possamos fazer aqui.

Portanto, Sr. Presidente, na próxima semana iremos ter tempo para encaixar quatro ou cinco depoimentos e se acham que o depoimento deste senhor não é necessário eu digo-vos que a alternativa a isto é uma queixa por perjúrio à Procuradoria-Geral da República.

**Uma voz não identificada**: — Mas isso é condição, agora?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não, é consequência. É que, neste caso, é consequência. Portanto, se os Srs. Deputados têm muita pressa em chumbar este requerimento..., avante! Sempre se podem arrepender...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Magalhães, terminou?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Terminei, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Penso que estamos em condições de votar o requerimento.

Vamos votar.

*Pausa.*

A audição do Dr. Manuel Pinheiro, ex-assessor do Ministro Álvaro Santos Pereira, foi chumbada.

No caso não era Adjunto. Falou-se sempre em Adjunto, mas era Assessor, pelo menos era o que dizia o requerimento. Ajunto, sim, era o Dr. Mário David, Adjunto do Primeiro-Ministro Durão Barroso. É esse o requerimento que está agora em discussão.

Sr. Deputado José Magalhães, quer acrescentar alguma coisa? Considera válida a discussão anterior? Os outros grupos parlamentares também consideram ou não? Penso que os argumentos estão relativamente expendidos e eu próprio conseguiria quase adivinhar, previsivelmente, o que acontecerá nesta votação, mas não quero antecipar nada porque não seria democrático.

Sr. Deputado José Magalhães, quer dizer alguma coisa sobre o assunto?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, serei muito lacónico, na medida exata em que, depois de tudo o que foi dito aqui — e está nas atas —, designadamente sobre o famoso diário de um cônsul, que aqui tive a ocasião de ler, que foi aqui evocado, tendo a Dr.<sup>a</sup> Ana Gomes corroborado essa informação. Mas com pontos de interrogação e esperando, naturalmente, que esses pontos de interrogação pudessem ser objeto de diligências por parte desta Comissão.

É evidente que a proximidade do Dr. Mário David em relação ao ex-Primeiro-Ministro Durão Barroso em algum sítio há de ser conhecida, estudada e investigada, porventura. Mas ao furtarem ao juízo e à interrogação da Comissão o personagem, colocam-no numa situação muito desagradável — digo eu e dirá qualquer pessoa que esteja a acompanhar os trabalhos e que tenha a curiosidade normal. Na verdade, estou a dirigir-me ao Canal Parlamento e, portanto, a todo o povo português, basicamente.

O Sr. **Presidente**: — Penso que, neste momento, no Canal Parlamento estará a ser transmitida a reunião plenária, mas não o quero decepcionar.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas durante esta noite terá ocasião de emitir para uma plateia enorme e, portanto, estou a dizer isto unicamente para sublinhar e alertar que, se a ideia é que se abafa o problema abafando o depoimento, enganam-se.

O Sr. **Presidente**: — Tema palavra o Sr. Deputado António Prôa.



O Sr. **António Prôa** (PSD): — Muito brevemente, Sr. Presidente, e tentando também ser contido mas, ainda assim, este requerimento ganha — e estou a ser irónico, sublinho — tanto mais pertinência quanto nós acabámos de aprovar a audição do Sr. ex-Primeiro-Ministro, Dr. Durão Barroso, do qual o Dr. Mário David era adjunto. Portanto, acho que é clara a pertinência — ou a falta dela, para deixar a ironia — deste requerimento.

Quer dizer, acabámos de aprovar a audição do Dr. Durão Barroso, esse, sim, responsável político; queremos, na mesma, ouvir o seu Adjunto. Estranho é que da parte de quem já teve experiência governativa continue a achar que são os adjuntos, no fundo, que manobram o Governo. Não, não é assim, pelo menos nos governos em que o PSD participa. Portanto, ouvimos os responsáveis políticos e, isso sim, é o que importa para esta Comissão. Tudo o resto são expedientes.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, vamos votar.

*Pausa.*

O requerimento foi rejeitado, com os votos contra dos Srs. Deputados do PSD e do CDS presentes — e chamo a atenção dos Srs. Deputados que cada voto é um voto e a votação não é por grupo parlamentar — e os votos favoráveis dos restantes Srs. Deputados presentes, do Partido Socialista, do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda.

Temos agora o requerimento para audição de dois advogados — agora já não são adjuntos: a Dr.<sup>a</sup> Paula Lourenço, em primeiro lugar, e, a seguir, o Dr. Paulo Núncio.

A Dr.<sup>a</sup> Paula Lourenço é advogada do Dr. Francisco Pita, que aqui foi depoente.

Srs. Deputados, ninguém se inscreve? Posso passar à votação?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, o requerimento está fundamentado e a observação feita pelo Dr. Pita em relação aos abundantes conhecimentos sobre o regime das contrapartidas e as vicissitudes do relacionamento entre os empresários e a Comissão, pareceu-nos uma sugestão pertinente. Julgo que todos temos interesse em aprofundar este ângulo e não nos repugna que a testemunha tenha sido sugerida pelo Dr. Pita, que julgo que será insuspeito de qualquer relação privilegiada com o Partido Socialista.

Portanto, julgo que estamos em ótimas condições para veicular esta sugestão e julgo que temos muito, digamos, a certificar ou a confirmar. Já que podemos ter os serviços jurídicos de aconselhamento gratuitos por parte de uma testemunha qualificada, nesta fase isso não seria mau. Esta é a boa fase.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Lobo d'Ávila, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, sobre o segundo bloco de requerimentos do Partido Socialista, neste caso sobre advogados, queria apenas dizer que nós já vamos ouvir aqueles que eram os advogados do Estado — acho que já está a audiência marcada; vamos ouvir os advogados dos franceses, do consórcio francês no caso do programa dos submarinos — também, salvo erro, está a audiência marcada; ouvimos os responsáveis das empresas e, do meu ponto de vista, para além de termos o problema que esta Comissão e os Srs. Deputados já conhecem, diria eu

abundantemente, do sigilo profissional dos advogados, ouvir os advogados das partes do meu ponto de vista é sujeitar este Parlamento ao ridículo, porque estes advogados não serão dispensados, como está à vista, pela Ordem dos Advogados, e significa misturar tudo. Significa misturar, transformar os advogados em testemunhas, como já aqui disse, numa audição, salvo erro, o Presidente da Ipetex, aliás na presença de um dos advogados de uma das empresas que ali estavam.

Portanto, uma vez mais, estes requerimentos são sinal do desespero do Partido Socialista e da intenção de prolongar artificialmente os trabalhos desta Comissão. Esta é a minha opinião sobre isto, não queria deixar de a dizer e aplica-se aos dois requerimentos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Machado, tem a palavra.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, nós não partilhamos desta visão do CDS. Entendemos que, neste caso em concreto, a audição dos advogados é pertinente. E o caso concreto desta senhora advogada até é substancialmente diferente dos outros — e já lá irei.

Relativamente aos outros advogados, temos desde logo a questão...

O Sr. **Presidente**: — Creio que há dois só, Sr. Deputado. É o caso desta senhora, que era, e creio que é, advogada do Dr. Francisco Pita, que aqui foi ouvido; o outro, é o Dr. Paulo Nuncio, que, ao tempo, seria advogado da empresa Steyr.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Certo, Sr. Presidente, mas nós já temos aprovados os advogados do próprio Estado e aí coloca-se o problema da definição relativamente ao segredo, ao sigilo profissional que, na nossa

opinião, não se coloca, porque o Estado está aqui representado — o cliente somos todos nós, que pagamos, e, portanto, não há sigilo profissional a salvaguardar.

Relativamente aos restantes, admito que se possa colocar o problema do sigilo, mas quem tem a obrigação de definir se a matéria está no âmbito do sigilo ou não é o próprio. Nós não podemos fazer um juízo *a priori* relativamente ao que é matéria de sigilo ou não. Logo veremos se é evocado o sigilo ou não.

Neste caso concreto que estamos a votar, o da Dr.<sup>a</sup> Paula Cristina Lourenço, o que foi dado nota por parte da audição que tivemos com o Sr. Francisco Pita é que esta senhora advogada teve um processo de estudo e levantamento de informação que seria muito importante ser ouvido por esta Comissão.

Portanto, não vejo onde é que se coloca a questão do sigilo nesta matéria em concreto.

*Uma voz não identificada.*

Sr. Deputado, se quiser falar, fala. Eu também sou advogado, mas não exerço a profissão, como muitos dos Srs. Deputados exercem, desde que fui eleito Deputado, desde 2005, mas sei o que é o sigilo profissional. O sigilo profissional é a obrigação de guardar sigilo relativamente a matéria do seu próprio cliente.

Esta senhora advogada, a Dr.<sup>a</sup> Paula Cristina Lourenço, saberá guardar sigilo de informação que entende, que é do seu cliente e que não é informação sua. Foi informação que o cliente lhe deu.

Não é esse o contexto em que ela nos é apresentada. Ela é-nos apresentada no contexto de quem, por iniciativa própria, recolheu e estudou

informação que seria útil para esta mesma Comissão e, portanto, não está aqui em causa matéria de sigilo *a priori*. Daí que, neste caso em concreto, ainda se coloca com mais pertinência a necessidade de a ouvir e ela saberá distinguir o que é sigilo ou não e não termos, à partida, um juízo de que é tudo sigilo e que não se ouvem advogados.

E mais uma vez sublinho o que foi a diferença de postura da maioria relativamente a esta matéria. Aquando da discussão da primeira lista de audições, ninguém assumiu que aquela lista era uma lista fechada. Sempre dissemos, e toda a gente esteve de acordo, que, em função do que eram as audiências, elas poderiam suscitar outras audições. A maioria está a bloquear as audições que são manifestamente necessárias à descoberta da verdade.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado António Prôa pede ainda para intervir. Faça favor.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, serei breve. O Sr. Deputado Paulo Rios irá usar da palavra em nome do PSD, mas eu não queria deixar de fazer uma precisão.

Das palavras do Sr. Deputado Jorge Machado pode inferir-se que esta Comissão, esta maioria, só viabilizou o primeiro pacote de audições. Isso não corresponde à verdade, porque depois disso algumas audições que, aliás, já ocorreram, se realizaram em momento posterior e foram marcadas e propostas em momento posterior. Portanto, não é verdade que nós só aprovámos as primeiras e bloqueámos todas as outras, a começar pela dos ex-primeiros-ministros, que ainda agora aprovámos.

Por isso, não se trata aqui de nenhuma questão de bloqueio cego, Sr. Deputado, mas sim de aferir — do nosso ponto de vista, naturalmente — da

pertinência das audições. E, com franqueza, se nós agora, a pretexto de uma sugestão de um depoente, vamos ouvir a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Paula Lourenço, que, supostamente, pela voz do Dr. Francisco Pita, é uma grande especialista — é a advogada dele, se ele dissesse que ela não era grande advogada nem grande especialista na matéria é que seria estranho... Mas corremos o risco que venha a Dr.<sup>a</sup> Paula Lourenço e diga «o meu colega de escritório também é um grande especialista», e lá estaremos nós a ouvir o colega de escritório da Dr.<sup>a</sup> Paula Lourenço, e por aí fora.

Não nos parece relevante e é por isso que fazemos um julgamento em cada proposta e não por questões de bloqueio cego.

Passaria agora a palavra ao meu colega Paulo Rios, se o Sr. Presidente permitir.

O Sr. **Presidente**: — Tenho de permitir, é direito do Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira, faça favor.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, mais do que tudo, pretendo tentar ajudar à reflexão, a favor dos trabalhos da Comissão.

Estou a chamar a atenção para que quando a questão do depoimento se coloca em relação a advogados existem regras especiais e a verdade é que o advogado está obrigado ao sigilo profissional não quando quer, está sempre obrigado ao segredo e não decide quando está e não está. Mais, está tão obrigado que só pode pedir o seu levantamento quando está absolutamente em causa a sua própria posição ou a do seu cliente para o apuramento da verdade.

Portanto, qualquer Deputado que seja chamado a esta Comissão não decide se quer vir nem decide se depõe, está obrigado ao sigilo. E, mesmo na circunstância de querer falar, tem de ter autorização.

Estou a chamar a atenção para que a Dr.<sup>a</sup> Paula Lourenço não pode, nem que queira *de per si*, porque nós a chamamos, chegar aqui e prestar depoimento. É sobre isso que estou a chamar a atenção.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, penso que estamos em condições de votar.

*Pausa.*

O requerimento foi rejeitado, com a mesma votação do requerimento anterior.

Segue-se o requerimento a solicitar a audição de um outro advogado, o Dr. Paulo Nuncio, não na qualidade de Secretário de Estado, mas na qualidade, ao tempo, de advogado da empresa austríaca Steyr.

Alguns argumentos sobre esta matéria já estão expendidos por parte dos Srs. Deputados.

*Pausa.*

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, é só para dizer que este requerimento é um pouco diferente de outros.

Neste caso, coloca-se o problema de saber se os factos descritos pelo Dr. Francisco Pita, no dia 9 de setembro, em que aludiu a alegadas pressões exercidas pelo Dr. Paulo Nuncio enquanto advogado da empresa austríaca citada, para assumir junto da Comissão Permanente de Contrapartidas

certas contrapartidas que o Dr. Pita entendeu que eram falsas e lesivas do interesse nacional...

Postos nós todos ao corrente disto — aliás, foi transmitido pelo Canal Parlamento; não sei a que horas, mas foi —, não podemos olhar para o lado. Portanto, das duas, uma: ou ajudamos a esclarecer este ponto, dando uma oportunidade ao Dr. Paulo Nuncio de clarificar este ponto, ou esta questão é suscetível de ser tratada, mas na justiça criminal, se o crime não prescreveu, porque é evidente que seria um ato ilegal. Ou seja, se a informação que nos foi dada corresponde à verdade, ela constituiria um crime e ele não seria consumado na parte de realização do ato por recusa daquele que foi pressionado, mas isso não imuniza quem pressionou e, portanto, é um caso delicado.

Sabemos que este cidadão está, neste momento, no Governo, sabemos que é do CDS-PP, sabemos que é protagonista de várias reformas, mas é óbvio que não é sobre isso que ele pode aqui ser inquirido... Não julgo que demore muito tempo a aclarar este aspeto. Ou seja, é uma questão que, provavelmente, em alguns casos, é de palavra contra palavra e, portanto, era melhor fazer esta diligência.

Se os Srs. Deputados da maioria entenderem manter a «chapa sete» rejeitativa que têm vindo a aplicar, não tendo nós nenhuma intenção dilatária, nem isto podendo ser dilatatório, é óbvio que restam outros meios, que ponderaremos como é que os deveremos usar, uma vez que isto indicia uma infração e que, sendo-nos participada, nós não olhamos nem assobiamos para o lado e nem queremos, obviamente, instrumentalizar isto no sentido político, mas, em relação a esta matéria,...

*Uma voz não identificada.*



Repare, *takes two to tango*, quer dizer, é preciso que haja equidade, como diria um filósofo citado pelo Sr. Deputado António Prôa.

Sr. Presidente, apelamos para que essa equidade e o bom senso prevaleçam.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, tem a palavra.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Sr. Presidente, muito rapidamente apenas para dizer que nós não estamos sujeitos a qualquer tipo de ameaça ou a qualquer tipo de condição, como aquela que o Sr. Deputado José Magalhães acabou agora de colocar.

Aliás, é curioso que o Sr. Deputado José Magalhães utilize o mesmo argumento quando lhe dá jeito, como foi o caso da inquirição do Sr. Ex-Primeiro-Ministro António Guterres e utilize agora praticamente o mesmo argumento para tentar condicionar uma determinada votação.

Portanto, queria apenas dizer que nós estamos absolutamente à vontade. Aquilo que estamos aqui a apurar são as responsabilidades políticas existentes neste processo. O advogado em causa, no caso o Dr. Paulo Núncio, atuou enquanto advogado de uma empresa e, portanto, do nosso ponto de vista, estamos absolutamente à vontade e o Sr. Deputado José Magalhães é livre, como é evidente, de fazer as considerações que fez, mas têm o valor que têm, que é o seu valor, e são suas. Quer dizer, não tenho qualquer problema quanto a elas, nem nós, no CDS, estamos minimamente preocupados com as condições e as considerações que acabou de colocar.

O Sr. José Magalhães (PS): - Ótimo!

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. E o que está em causa, de facto, é aprovar ou não a audição do antigo advogado da Steyr, Dr. Paulo Núncio.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Sr. Presidente, a confirmarem-se os factos que foram relatados a esta Comissão, o Dr. Paulo Núncio, enquanto advogado ou não, teria praticado um crime e, portanto, a nós parece-nos que esta matéria é suficientemente relevante para merecer a audição, tanto mais quanto o crime em causa, a falsificação ou o pressionar para a assinatura de falsas contrapartidas tem diretamente a ver com esta Comissão de Inquérito, na medida em que também nos convém apurar — e temos a obrigação de apurar — porque é que as contrapartidas não foram cumpridas e todas as contingências relevantes ao cumprimento das poucas que foram contratualizadas.

Portanto, entendemos que a matéria é mais do que relevante. É, pois, fundamental ouvir o Dr. Paulo Núncio relativamente a esta matéria para que ele possa esclarecer, repor a verdade, dizer o que bem entender. Aqui também não há a questão do segredo, ele próprio é implicado como autor de um crime — não me venham com a conversa do segredo enquanto advogado de... Nós entendemos que a audição do Dr. Paulo Núncio é fundamental, na medida em que... E percebi que a bancada do PSD está preocupada relativamente a esta matéria, mas só vou explicar o seguinte: uma coisa é agir em representação de um cliente, outra coisa é ele ser diretamente implicado num crime, e aí não há segredo que valha a nenhum advogado, é julgado como qualquer outro e não pode evocar em tribunal e dizer: «Olhe, isto é segredo do meu cliente», porque... Não estou a dizer

que..., só estou a dizer é que a maioria tem usado e abusado do argumento do sigilo profissional e que, neste caso concreto, não se aplica, de todo.

Portanto, nós entendemos que, face à gravidade do que foi dito nesta Comissão, é fundamental ouvir o Dr. Paulo Nuncio sobre as questões e as implicações que tem neste processo. E a não aprovação é, na nossa opinião, de uma gigantesca gravidade que queríamos aqui, desde já, colocar em cima da mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. António Prôa (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, francamente acho que há limites para aquilo que é a liberdade do uso de expressões em qualquer circunstância. E a ligeireza com que se acusa alguém de ter cometido um crime — e isso foi aqui repetido várias vezes... Não quer dizer que tenha sido dito intencionalmente, mas o que é facto é que foi aqui repetido, diversas vezes, que alguém cometeu um crime, e até particularizaram o crime em alguns momentos. Acho que há limites e, da nossa parte, não admitimos que, com essa ligeireza, se trate assim as pessoas. As pessoas têm o direito ao seu bom nome e o que está aqui a ser feito é a não se respeitar o direito ao bom nome das pessoas. E não me venham dizer que, por isso mesmo, o Sr. Dr. Paulo Nuncio tem a oportunidade de vir a esta Comissão defender-se. Mas o que é isto? Isto não é um tribunal, Srs. Deputados! Vamos lá a ter consciência daquele que é o nosso papel. Não admito, porque eu não gostaria — e creio que nenhum dos Srs. Deputados gostaria — de ser colocado nesta situação.

Vem aqui alguém a esta Comissão que nos merece, naturalmente, todo o respeito, acusar alguém de ter praticado uma série de atos que ele considera criminosos.

Em primeiro lugar, esse alguém, que foi testemunha direta, fez alguma coisa quando constatou esse suposto crime? Foi feita alguma coisa? Não creio que tenha sido feita. Esse era o primeiro passo para nós credibilizarmos esta afirmação que aqui testemunhámos e, no entanto, isso não foi feito. Portanto, vir aqui, com ligeireza...

E vamos também ser claros: ninguém, aqui, desconhece que o Dr. Paulo Nuncio é atualmente Secretário de Estado deste Governo e, portanto, obviamente que as coisas, aqui, são ditas com uma determinada intencionalidade. Podem os Srs. Deputados dizer que não, que só estão preocupados com o apuramento da verdade. Digam o que disserem, é legítimo dizerem o que quiserem, mas, do meu ponto de vista, os senhores, claramente, estão a aproveitar, de forma ilegítima, o facto de o Sr. Dr. Paulo Nuncio ser atualmente Secretário de Estado para quererem vir aqui lançar um manto de falta de respeito pela legalidade supostamente praticada por ele.

Nós não aceitamos isso. Não aceitamos que, pelo facto de alguém ter vindo aqui acusar alguém, sem nada ter feito em consequência, isso seja suficiente para acusarmos alguém de ser criminoso.

Portanto, não achamos que esse seja um bom princípio e não vamos pelo caminho que seria supostamente fácil, para o qual os senhores, com alguma habilidade, umas vezes maior, outras vezes menor, nos querem conduzir, que é: «Se os senhores querem defender o vosso Membro do Governo, então ele tem de vir aqui defender-se». Não, não é assim, o local para ele se defender não é aqui, e se o Sr. Deputado José Magalhães quer fazer alguma acusação, que a faça no local próprio. Aliás, já é a segunda ameaça que o Sr. Deputado hoje faz.

Há pouco não verifiquei qual foi, mas teremos a oportunidade de verificar, depois, nas atas. É que também disse que havia um problema

qualquer legal e que iria fazer uma queixa qualquer. Faça as queixas que quiser, comece já a fazer as queixas que quiser, mas poupe-nos às suas inquietações, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vou ainda dar a palavra ao Sr. Deputado José Magalhães e, depois, antes de passarmos à votação, eu também gostaria de dizer qualquer coisa sobre isto.

Sr. Deputado José Magalhães, faça favor.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, francamente, fico um pouco perplexo com este tipo de reações, porque quando o Dr. Francisco Pita disse o que disse, as bancadas da maioria tiveram a ocasião de fazer perguntas complementares, esclarecimentos... Por exemplo, podiam ter rasgado as vestes desse estilo, ou seja, perguntar: «Desculpe, e o senhor disse alguma coisa? Por que é que silenciou esse facto?». É óbvio que pode ter silenciado legitimamente numa lógica de autodefesa, o que não obriga ao chamado silêncio eterno. É graças a isso que temos conseguido deslindar casos de corrupção e é graças a isso que certas bocas fechadas se abrem. De resto, a ideia é precisamente a de incentivar que as bocas se abram e não que, pelo contrário, fiquem fechadas até à tumba.

Portanto, argumentos de tipo moral ou moralista não têm, aqui, cabimento.

A questão que racionalmente se coloca a todos é se, tendo nós ouvido o que ouvimos, com a maioria, aliás, calada — se calhar, repararam nisso nos jornais do dia seguinte que deram relevo a essa matéria... Mas, talvez pelo adiantado da hora, ninguém fez as perguntas que o Sr. Deputado Prôa agora, muito serodamente, se lembrou de fazer...

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): - *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. José Magalhães (PS): - Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, não exprima indignação nesses termos, porque o que aqui aconteceu — o Sr. Deputado Prôa tem razão nesse aspeto — podia ser imputado a outra família política. Poderia aparecer aqui uma testemunha a dizer as coisas mais abracadabrantes sobre alguém do partido *a, b* ou *c*.

Neste caso, foi este. E reparem que não é uma testemunha que possa ser encarada como hostil ao partido em causa sequer, até porque foi membro dele, e, portanto, não há nenhum problema de suspeição.

A questão que se coloca é a de saber — e até tem uma certa importância do ponto de vista da conduta destas comissões parlamentares — o que é que deve fazer uma comissão parlamentar quando ouve uma coisa destas. Os Srs. Deputados dizem que não deve fazer nada e nós achamos que devia fazer alguma coisa: dar a palavra ao cidadão em causa, que hoje é membro do Governo, mas que amanhã será de novo advogado e quer ter a honra e a dignidade devidamente defendidas. É este o problema. Portanto, não o tiremos da sede a que pertence, nem tentemos dar a este requerimento do Partido Socialista uma teleologia e uma instrumentalização que não é a sua característica.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Machado, vou-lhe dar a palavra, mas chamo a sua atenção para o facto de estar a usar da palavra nesta matéria, penso, pela segunda vez.

Srs. Deputados, os argumentos já estão muito aduzidos, pelo que lhes peço que sejam breves.

Tem a palavra, Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, é só para dizer que ninguém sabe — e isto reagindo um pouco à intervenção do Sr. Deputado do PSD — se o Dr. Paulo Nuncio cometeu, ou não, um crime. Isto é obvio para esta Comissão, para todos nós. Mas que há uma acusação suficientemente grave que justifica a audição do Sr. Dr. Paulo Nuncio isso para nós é evidente, até para a descoberta da verdade em torno da concretização das contrapartidas e para se saber se houve contrapartidas falsas no meio de todo este processo.

Não permitir a audição de Paulo Nuncio, que pode ter até o dom de, depois, termos de fazer o contrainterrogatório a quem fez a acusação para provar aquilo que foi dito e, portanto, trazer mais verdade material a esta Comissão de Inquérito, é, na nossa opinião, inaceitável, é um obstáculo à descoberta da verdade.

Portanto, eu, se estivesse na pele — que nunca estarei — do Dr. Paulo Nuncio, teria muito gosto em vir cá à Comissão repor a verdade, porque «quem é filho de boa gente, também se sente».

Não adianta o truque de dizer que, vindo cá o Dr. Paulo Nuncio, estamos a dar-lhe a palavra para ele se defender. Mas é precisamente para que isso também aconteça! Agora, não permitir a sua vinda é, na minha opinião, colocá-lo numa posição desgraçada e não permitir que se esclareça a verdade.

E, repito, o que é fundamental para esta Comissão é saber se este advogado em concreto participou num processo em que foram celebradas contrapartidas que não tinham qualquer correspondência com a realidade, matéria que não é inédita nesta Comissão. Em vários testemunhos, abordámos esta mesma matéria. Ouvimos quase todas as empresas do

grupo da ACECIA precisamente abordando esta perspectiva. Portanto, isto é uma pista, um facto, a que não podemos fechar os olhos.

Era só isto que queria dizer, adiantando já que votaremos favoravelmente esta audição.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, então, finalmente, passar à votação. Creio que os argumentos estão aduzidos e são claros.

Chamo só a atenção para algo que, para mim, enquanto Presidente da Comissão, me parece importante. É que, de facto, há uma separação entre aquilo que são matérias judiciais e que têm entidades próprias e competências próprias e o que são os poderes desta Comissão, de apuramento de responsabilidades políticas, sendo que, neste caso concreto, nenhum dos cidadãos envolvidos, nem o Dr. Pita, nem a Dr.<sup>a</sup> Paula Lourenço, nem os representantes da Steyr (que já não sei se chamámos, se não chamámos, se ouvimos, se não ouvimos), nem os advogados da Steyr, entre os quais estaria o Dr. Paulo Nuncio, eram, na altura, responsáveis políticos.

Outra questão completamente diferente é a de saber se, numa matéria que não é política entre dois cidadãos, uma qualquer denúncia ou imputação deve ter alguma consequência por parte da Comissão. Mas não é isso que está aqui em votação agora. O direito de participação criminal é de todos, diria, neste caso, e a denúncia, a avaliar pelo que nos foi dito pelo Sr. Deputado José Magalhães — confesso que, nos poucos tempos livres que tenho, não é propriamente ao Canal Parlamento que dedico a minha atenção, o que será compreensível estando aqui o dia inteiro, pelo que não sei se foi transmitido se não foi —, se foi transmitida, até será pública, neste momento. O que, no entanto, também não vos sei dizer, porque sou jurista e, como qualquer jurista, procuro ser cauteloso nas apreciações que



faço sobre esta mesma matéria e nas conclusões jurídicas a tirar, para não dizer coisas erradas e não atribuir responsabilidades indevidas.

Mas não deixaria de chamar a atenção para estes factos e para esta separação óbvia e existente.

Srs. Deputados, passamos, então, à votação do requerimento solicitando a audição do Dr. Paulo Nuncio, não na qualidade de Secretário de Estado, mas na qualidade, ao tempo, de advogado da empresa austríaca Steyr.

*Pausa.*

Srs. Deputados, o requerimento foi rejeitado, com a mesma votação do requerimento anterior.

Passamos, agora, à apreciação do requerimento que solicita a audição do ex-Presidente da EMPORDEF, José Manuel Mourato. É um militar.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não, não é militar, Sr. Presidente. Aliás, chegou a ser membro do XIII Governo, da equipa do Dr. Júlio Castro Caldas.

O Sr. **Presidente**: — Foi secretário de Estado dele?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sim, chegou a ser secretário de Estado do Ministro Júlio Castro Caldas e cessou funções.

O Sr. **Presidente**: — Mas é na qualidade de ex-Presidente da EMPORDEF. Está esclarecido.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Foi a pessoa que acompanhou todo o processo de montagem do esquema financeiro que foi escolhido para aquisição dos EH-101 e que tem os cálculos da taxa de juro implícita para estes helicópteros, em comparação com a solução alternativa de contrair dívida pública da República, mesmo que dívida a 30 anos, com taxa mais favorável, portanto. Esses cálculos não nos foram transmitidos. E esse é um dos pontos que levaram o PSD e o CDS-PP a fazer aquele requerimento, perguntando o que havia, se tinha havido leilão — uma pergunta retórica, porque sabemos que não houve leilão. E sabemos também que o Dr. Carnall fez uma comparação entre a solução encontrada pelo Governo e pela Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional para os submarinos e a solução encontrada para os helicópteros.

Há também uma auditoria do Tribunal de Contas sobre esta matéria, que nos foi facultada e que ainda é confidencial, mas que podemos ler. Julgo que, entre haver uma nota técnica sobre isto — portanto, muda e insuscetível de ser interrogada — e haver a possibilidade de uma discussão informada com um protagonista histórico, qualificado e que não tem a natureza de assessor, esta última hipótese seria muito útil para esta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Está feita a fundamentação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero apenas dizer que, quando recebi este requerimento do Partido Socialista, fui tentar ver quem era o Sr. José Manuel Mourato e cheguei à conclusão de que, de facto, tal como foi referido aqui pelo Sr. Deputado José Magalhães, o Sr. José Manuel Mourato foi Secretário de Estado da Defesa do Governo

de António Guterres, concretamente do Ministro da Defesa Nacional Dr. Júlio Castro Caldas.

Ora, exatamente com o mesmo argumento com que já ouvimos os Ministros, vamos ouvir o Sr. Eng.º António Guterres. Mas não estamos ao nível dos Secretários de Estado, porque, caso contrário, muitos outros Secretários de Estado teríamos de chamar, desde logo o primeiro Secretário de Estado que lançou o programa dos submarinos, o Dr. José Penedos. Nós entendemos que não devemos chegar ao nível dos Secretários de Estado, porque já ouvimos todos os Ministros. Vamos ouvir os ex-Primeiros-Ministros, mas não queremos prolongar isto eternamente. Os Srs. Deputados já conhecem o argumento e, portanto, poupo-vos a repetir novamente o mesmo argumento.

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação do requerimento, solicitando a audição do ex-Presidente da EMPORDEF, José Manuel Mourato.

*Pausa.*

O requerimento foi rejeitado e teve uma votação igual à votação antecedente.

Entretanto, informo que o Partido Socialista retirou o último requerimento que tinha em cima da mesa.

Chamo a atenção dos Srs. Deputados para duas coisas.

Irei fazer a diligência junto dos ex-Primeiros-Ministros para saber os termos do seu depoimento, logo que possível, isto é, vou pedir aos serviços da Comissão que façam essa diligência, pois confesso que não tenho o

contacto de nenhum dos dois, pelo que pedirei que esse contacto me seja fornecido para que eu o possa fazer.

Pedi aos grupos parlamentares que, na eventualidade de algum dos dois querer depor por escrito, isso comece a ser pensado e preparado. Não tem de ser já, eu próprio notificarei os grupos parlamentares para esse efeito, mas, se forem pensando, não é mau.

Em segundo lugar, dizia aqui um Sr. Deputado que, provavelmente, estas diligências finais que temos de fazer poderão implicar alguma prorrogação. Essa matéria ainda não foi decidida. No entanto, convém aos grupos parlamentares ponderar. Tenho notado — sei disso, até porque sou Deputado da maioria — que, da parte da maioria, existe alguma aversão a uma prorrogação, pelo menos expressiva, desses mesmos trabalhos. Deduzo — de resto, foi aqui referido pelo Deputado José Magalhães — que, da parte dos partidos da oposição, há a ideia de que essa prorrogação pode ser necessária.

Peço-vos apenas que ponderem, que pensem.

Em normalidade, os trabalhos da Comissão terminariam no dia 20, ou seja, em normalidade, já teriam terminado, porque seria dia 4 ou 5 de setembro o prazo fixado pela Conferência de Líderes. Nós prorrogámos por 15 dias, ou seja, 4 ou 5 mais 15 dá, mais ou menos, 20. Portanto, o prazo que temos, neste momento, é dia 20 de setembro.

Temos diligências que aprovámos agora, que, como aqui foi lembrado, e bem, poderão implicar, logo à partida... E há também a questão do relatório.

Portanto, pedia aos grupos parlamentares que ponderassem para tomarmos uma deliberação sobre essa matéria numa próxima reunião.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, o problema é o seguinte: como deve estar lembrado, o Sr. Contra-Almirante Rogério de Oliveira pediu escusa em virtude, creio, da idade e da doença.

O Sr. **Presidente**: — Desculpe interrompe-lo, Sr. Deputado, mas o Sr. Contra-Almirante Rogério de Oliveira enviou uma carta a esta Comissão, que foi lida por mim, dizendo que não estaria em condições de depor na data prevista porque (e vou dizer de cor, mas é basicamente isto) está a ser sujeito a tratamentos médicos que se presume «violentos» — a expressão é minha e não dele —, agressivos, digamos, que lhe alteram as suas próprias faculdades e, por isso, não estaria em condições, pensa ele, até porque já tinha assistido a uma outra audição — de conseguir responder aos Srs. Deputados. Dizia ainda que, de resto, tem 93 anos de idade e que achava que ser sujeito a essa circunstância poderia afetar a sua dignidade enquanto pessoa e cidadão. Por isso, apresentaria um atestado médico justificando a sua ausência.

Coloquei isto à consideração dos Srs. Deputados, mas não quis tirar nenhuma conclusão, muito menos sem ouvir os grupos parlamentares.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Eu tinha uma vaga ideia de que foram essas as razões que levaram o Sr. Contra-Almirante a não poder estar aqui connosco.

Julgo, atendendo às razões invocadas, que talvez não seja justificado insistir com a audição. Mas queria sugerir ao Sr. Presidente e aos restantes membros da Comissão a possibilidade de os grupos parlamentares se dirigirem ao Sr. Contra-Almirante por escrito e colocarem algumas questões por escrito. Era basicamente isto que queria propor. Acho que não temos de decidir isso hoje, mas gostava de deixar esta proposta.

Algumas das questões que gostaríamos de colocar a este Sr. Contra-Almirante não tivemos a possibilidade de colocar — por não se justificar, não ser adequado — a outros depoentes.

Portanto, apesar de todos estes condicionalismos, este era um depoimento para nós importante, razão pela qual, para não insistir numa presença física que nos parece muito difícil, talvez numa base de resposta voluntária, porque o senhor não é obrigado a responder, esta Comissão pudesse ponderar a possibilidade de os grupos parlamentares que assim o entendessem poderem fazer algumas perguntas por escrito.

Era essa questão que queria colocar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, como é natural, não quis tomar nenhuma deliberação sem ouvir primeiro o Bloco de Esquerda, que era o partido proponente.

O Sr. Contra-Almirante não está, pelos vistos, impedido de se dirigir por escrito à Comissão, até porque nos manda uma carta. E na carta, além do que disse, recordo-me agora, diz ainda mais uma coisa, que é a de que não teve nada a ver com contrapartidas, que o seu auxílio foi só no programa submarinos enquanto almirante na reserva. É o que ele nos diz. Portanto, na altura, já não tinha nenhuma função oficial, era um contra-almirante na reserva, e foi nessa qualidade que prestou assistência técnica à empresa vendedora dos submarinos. Penso que é isto o que nos diz na carta.

Srs. Deputados, não sei se há ou não consenso nesta matéria. Se houver consenso, havendo até um precedente de perguntas por escrito, poderemos decidir já que assim é. Se não houver consenso e se os grupos parlamentares quiserem ponderar, teremos de votar noutra dia.

Alguém se opõe à sugestão do Sr. Deputado João Semedo?

*Pausa.*

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, de facto, não nos opomos. E, na altura em que o Sr. Presidente nos deu conhecimento dessa situação, que é, de facto, melindrosa, tive ocasião de sublinhar que o depoimento do Sr. Contra-Almirante tinha plena justificação, na medida em que é público e notório, e está muito documentado, o quadro das suas relações com a Ferrostaal, e também está documentado o processo remuneratório que foi adotado no caso concreto. E o Sr. Contra-Almirante deu à comunicação social uma determinada explicação, designadamente da regularização da situação fiscal decorrente desses pagamentos que foram sendo espaçados e que, todavia, não foram declarados em determinado momento, isto é, no momento próprio, tendo ele beneficiado, como muitos milhares de cidadãos, do perdão fiscal ou das condições especiais de pagamento e regularização de dívidas, adotados no ano de 2009, aliás, à semelhança do adotado antes e depois.

Portanto, esse facto está documentado. Não há nenhum inconveniente em que, tendo sido documentado no exterior, seja documentado na sequência de carta da Comissão, nos termos em que o Sr. Deputado João Semedo propôs.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, só perguntei se alguém se opunha.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não, não nos opomos.

O Sr. **Presidente**: — Não perguntei se alguém concordava.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Peço desculpa, Sr. Presidente. Julguei que queria obrigar-me a fundamentar.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem toda a legitimidade para dizer que concorda, mas a única coisa que eu tinha perguntado era se alguém se opunha.

Srs. Deputados, ninguém se opõe?

*Pausa.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, o PCP não se opõe, tendo em conta o que aqui foi descrito. Mas há uma questão que tem de ser colocada.

Naturalmente, nada pode impedir que outros grupos parlamentares possam colocar questões a este nosso depoente. Portanto, teremos de encontrar também um prazo para formulação de perguntas, caso os outros grupos parlamentares pretendam fazer algum tipo de perguntas. Não tenho relativamente a esta matéria nenhuma pretensão. Não sei se o PCP vai ou não apresentar perguntas, mas essa prerrogativa de os restantes grupos parlamentares poderem perguntar tem de ser acautelada. Mas estamos de acordo com a proposta aqui apresentada.

Uma outra questão que também tem a ver com a fase de conclusão dos nossos trabalhos é a de não esquecer, Sr. Presidente, que, além do



envio do contacto com os ex-Primeiros-Ministros Durão Barroso e António Guterres, haverá também aquela diligência em torno do depoente Jürgen Adolff, que foi consensualizado termos, para averiguar qual é o seu estatuto e a possibilidade de notificação no nosso País deste senhor para prestar depoimento. Portanto, essa mesma diligência também terá de ser levada a cabo pela mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para que fique claro o que está e não está consensualizado, eu diria que o que foi consensualizado é apurar o estatuto do Sr. Jürgen Adolff. Na sequência disso mesmo, e independentemente daquilo que eu já disse, o que acho que a Comissão tem de fazer, em qualquer caso de depoentes que não compareçam, é obviamente fazer a participação às autoridades competentes. Mais qualquer diligência que o PCP queira, solicitá-la-á e aprovaremos ou não, na sequência do apuramento que seja feito em relação a esse estatuto.

Fica, então, claro o que está consensualizado.

Em relação ao Contra-Almirante, tenho só uma dúvida que me surgiu, seguindo a lógica do Sr. Deputado João Semedo. É que, perante o Regulamento da Comissão, não tenho a certeza da obrigatoriedade por parte do Contra-Almirante, uma vez que este invocará e apresentará um atestado médico. Não sei se o Sr. Deputado João Semedo se ocupou dessa questão ou não.

Em qualquer caso, talvez as questões pudessem ser — é só uma sugestão minha — claras, condensadas e precisas, uma vez que uma pessoa que tem 93 anos... No entanto, há exceções absolutamente extraordinárias de pessoas que fizeram recentemente essa idade — estou a lembrar-me de um, que até é ex-Presidente do meu partido e que estará numa iniciativa que temos este fim de semana e que é capaz de depor e de explicar (enfim,

a opinião é minha e não tem de ser seguida por ninguém) melhor do que muitos de nós. Estou a referir-me, evidentemente, ao Prof. Adriano Moreira. No entanto, pessoas com 93 anos que tenham essa capacidade, mas estejam doentes e a ser sujeitos a tratamentos médicos, segundo o que o próprio nos descreve, «agressivos», então, um questionário muito extenso e complexo pode ficar prejudicado. Até porque o próprio vai apresentar um atestado médico.

Portanto, eu diria que o que talvez fizesse sentido era dizermos que, não obstante aquilo que nos diz, gostaríamos, ainda assim, que o Sr. Contra-Almirante pudesse responder a estas ou àquelas perguntas que os grupos parlamentares fariam e que sugeria que não fosse um questionário sem fim. Mas essa é uma sugestão minha. O Sr. Deputado João Semedo, que fez o pedido, saberá e dirá.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Julgo que, caso o Sr. Contra-Almirante apresente um atestado médico, ele, do meu ponto de vista, está dispensado de responder por escrito.

O Sr. **Presidente**: — Ele disse que apresentaria.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Portanto, nós podemos formular-lhe o pedido de resposta a um conjunto de perguntas, mas é sempre voluntário, ele só responderá se quiser.

O Sr. **Presidente**: — E isso implicará até alguma cautela, de não o sujeitar a um questionário sem fim, complexo, porque ele, pelo que nos diz — aliás, ele não nos diz o quê, nem tinha de dizer, e o Sr. Deputado, sendo

médico, compreende essa reserva e esse sigilo —, dá-nos a entender que são tratamentos médicos que, de facto, o condicionam de alguma forma.

Está encerrada a reunião.

*Eram 17 horas.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.